

Gestão Pública

Ano XXVI / T II / R\$ 14,80 / Nº 143 / Dezembro de 2024

& Desenvolvimento

Nova presidência do Consad busca impulsionar a transformação da gestão pública com colaboração e inovação

“Assumir a presidência do Consad é uma grande responsabilidade e uma oportunidade de promover transformações significativas na gestão pública e de soluções mais eficientes e humanizadas para os cidadãos”

Samuel Nascimento,
presidente recém-eleito do Consad



ENTREVISTA Betânia Lemos,
da Enap, quer inovação para
aproximar Estado da sociedade

MGI lidera
transformação para
tornar o Estado inclusivo

XXIX Congresso Clad
debate modernização
e reforma do Estado



WORLD GOVERNMENTS SUMMIT

11-13 FEBRUARY 2025



**Effective
Governance and
Accountability**

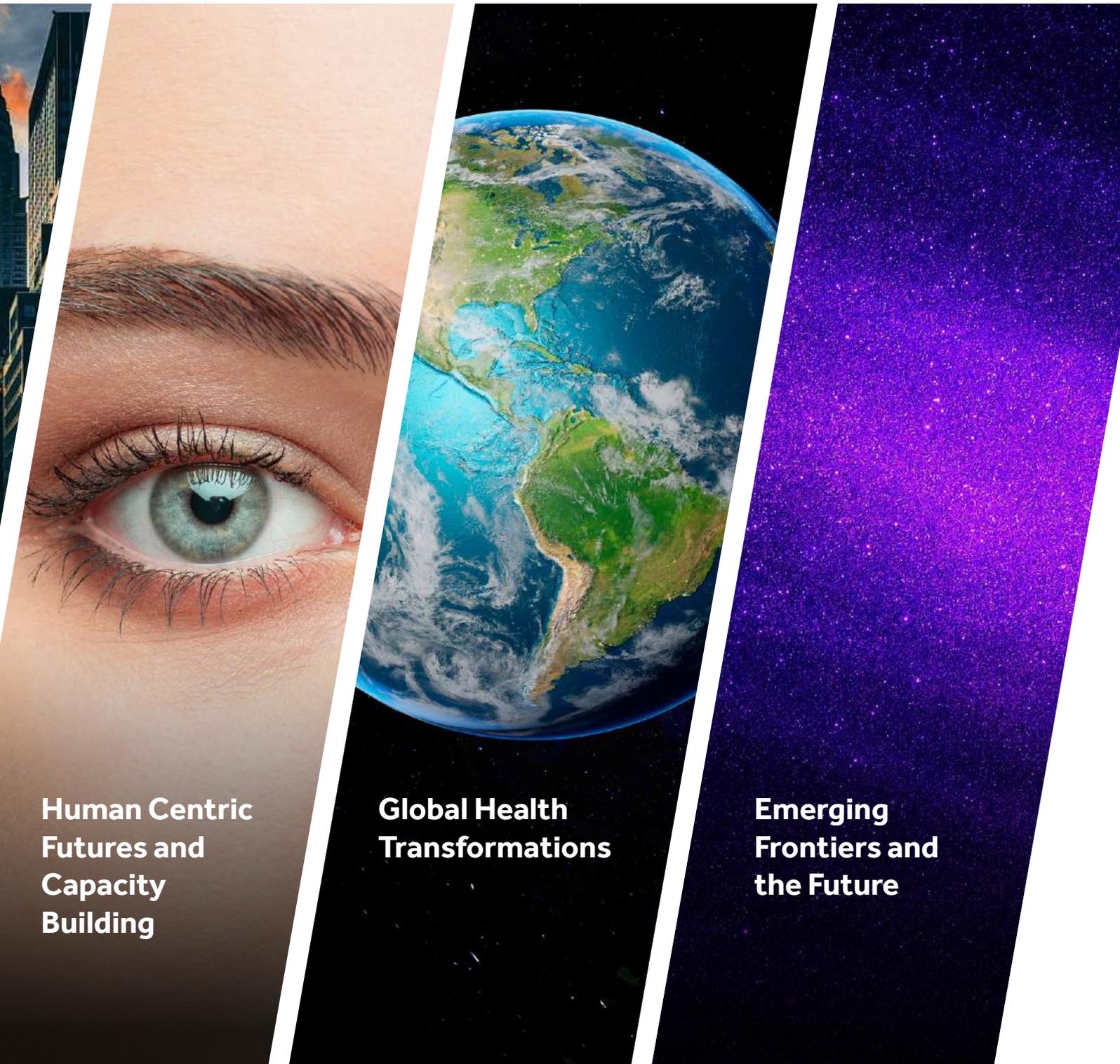


**Financing the
Future and the
Global Economy**



**Climate Crisis
Mitigation and
Resilient Cities**

UNDER THE THEME **SHAPING FUTURE GOVERNMENTS**



**Human Centric
Futures and
Capacity
Building**

**Global Health
Transformations**

**Emerging
Frontiers and
the Future**

Uma leitura das ações políticas e governamentais sob a ótica da sociedade



Gestão Pública

GOVERNO  SOCIEDADE & Desenvolvimento

O cidadão elege os parlamentares e governantes.
A sociedade financia o serviço público e o desenvolvimento do País

Fundadores

Francisco Alves de Amorim
João Batista Cascudo Rodrigues (In Memoriam)

Conselho Editorial

Francisco Alves de Amorim – Presidente
Ricardo Wahrendor Caldas – Professor – UnB
João Bezerra Magalhães Neto – Administrador
José Osmar Monte Rocha – Professor universitário e Auditor/MF (Aposentado)

Diretor de Produção Editorial

Francisco Alves de Amorim

Gerente Administrativo

Ingrid Millena Nascimento Silva

Diretor Nacional de Comunicação

Dantas Filho

Departamento Jurídico

Ramiro Laterça de Almeida

Editora-Chefe

Carla Lisboa

Jornalistas

Danielle Veloso
Guilherme Vicente de Moraes

Projeto Gráfico e Diagramação

Elton Mark

Revisão

Carla Lisboa

Estagiária

Beatriz Barbosa do Nascimento

Atendimento e Redação

revistagestaopublica@uol.com.br
Publicação: Trimestral
Circulação: Nacional

Brasília

SCLN 304 – Bloco B – Sala 506
CEP: 70.736-020 – Brasília-DF
Telefax.: 61 3201 6018 – 9972 6018

ISSN 0103-7323

Registrado no 1º. Ofício de Registro Cível das
Pessoas Naturais e Jurídicas – Brasília- DF

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores. São reservados os direitos inclusive os de tradução. É permitida a citação das matérias, desde que identificada a fonte.



A revista Gestão Pública e Desenvolvimento é uma publicação do Instituto de Políticas Públicas e Gestão do Desenvolvimento (IPGD), instituição de direito privado sem fins lucrativos e dedicada ao aperfeiçoamento da Gestão, Estudos e Pesquisas da Políticas Públicas com vistas ao Desenvolvimento do País.



Caro leitor e cara leitora,

Nesta edição da **Revista Gestão Pública e Desenvolvimento (RGPD)**, reafirmamos nosso compromisso de acompanhar e destacar iniciativas que promovem a inovação e a transformação no setor público no Brasil, na América Latina e no mundo. Temos o prazer de trazer à tona os principais marcos da 10ª Semana de Inovação da Escola Nacional de Administração Pública (Enap).

Ressaltamos como a Política Nacional de Cuidados, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), e o Ministério das Mulheres (MMulheres), pode impactar, positivamente, a promoção de um Estado nacional e uma sociedade que cuida de todas e todos responsáveis pelo cuidado e daqueles que necessitam de cuidado.

A **RGPD** traz informações sobre o lançamento do Laboratório de Inovação em Inteligência Artificial (LIIA), uma colaboração entre a Enap e o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), que envolve a participação de diversos órgãos governamentais e organizações sociais. Essas iniciativas abrem novas perspectivas sobre como as tecnologias emergentes podem transformar processos de trabalho e a elaboração de políticas públicas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população. Essa ação faz parte do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA).

A edição também acompanhou o XXIX Congresso Internacional do Clad sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, evento do Congresso Internacional do Centro Latinoamericano de Administração para o Desenvolvimento (Clad), um dos mais importantes encontros de administração pública da América Latina, realizado no Brasil. O congresso reuniu especialistas e líderes do setor, que debateram a urgente necessidade de transformar o Estado nacional por meio da inclusão e da redução das desigualdades. Durante o evento, foi apresentado o relatório “Estado, democracia e desigualdade: uma perspectiva latino-americana”, fruto de uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Clad e o MGI.

Por fim, convidamos você, leitor e leitora, a conhecer o novo presidente eleito do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), que compartilhará suas expectativas para a gestão e a dedicação da entidade em promover intercâmbios internacionais que visem à modernização da administração pública em nosso País.

Desejamos uma ótima leitura!

Atenciosamente,

Carla Lisboa – Editora-chefe

NESTA EDIÇÃO



Divulgação

08 MATÉRIA DE CAPA

Entrevista com **Samuel Nascimento** revela os desafios e prioridades à frente do Conselho que busca modernizar e integrar a administração pública nos estados

INOVAÇÃO

- 14 Modernização da Administração Pública e reforma do Estado na pauta do XXIX Congresso Clad
- 23 Lançado relatório sobre desigualdade, papel do Estado e democracia na América Latina e Caribe

POLÍTICAS DA UNIÃO

- 28 MGI lidera transformação para um Estado mais inclusivo e eficiente
- 32 Eleições Municipais 2024 e a cooperação federativa



TERCEIRO SETOR

- 42 O futuro do setor público em debate
- 44 Novas formas de cuidar
- 52 Trabalho doméstico remunerado e a realidade das diaristas



- 55 E quem cuida das cuidadoras?
- 56 Oficina provoca reflexão sobre a equidade de gênero e raça no setor público

Foto: Roberto Rodrigues



36 ENTREVISTA

Betânia Lemos, presidenta da Enap, destaca o papel da inovação para aproximar o Estado da sociedade, promover equidade e liderar mudanças estruturais no Brasil

62 Daniel Becker, Bela Gil, Ariel Palitz, Kent Larson engrandecem a 10ª Semana da Inovação

65 Cuidado e respeito: a experiência da Prefeitura de Nova Iorque com os trabalhadores noturnos

68 III Prêmio de Orçamento Público

70 Práticas inovadoras são reconhecidas na Semana de Inovação

76 Enap lança Laboratório de Inovação em Inteligência Artificial

84 Enap lança trilha de capacitação sobre inteligência artificial

86 Cases de sucesso do GOV.BR

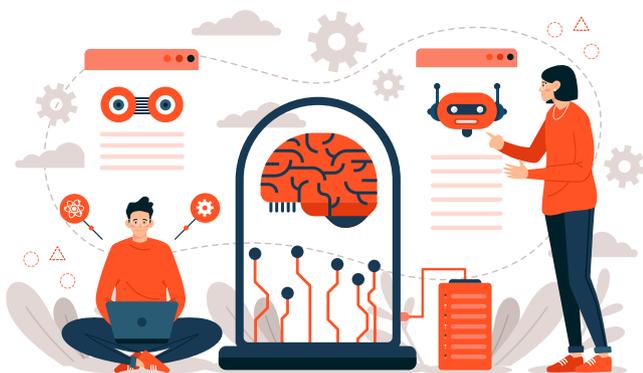
CONSAD

90 Consad, IBAP e ABEPTIC buscam intercâmbio em prol da administração pública

93 Consad e IBAP levam gestores para a Web Summit 2024 em Lisboa, Portugal



00110110101111





Liderança e inovação: o futuro da gestão pública sob a presidência do Consad

Entrevista com Samuel Nascimento revela os desafios e prioridades à frente do Conselho que busca modernizar e integrar a administração pública nos estados

● Guilherme Vicente de Moraes

O Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (CONSAD) é uma das mais importantes entidades voltadas para o fortalecimento da gestão pública nos estados brasileiros. Criado para promover o diálogo, a troca de experiências e o desenvolvimento de soluções inovadoras, o CONSAD é um espaço de articulação que reúne gestores de todo o país em torno de um objetivo comum: aprimorar a eficiência administrativa e garantir melhores serviços à população.

Recentemente, o professor Samuel Nascimento assumiu a presidência do CONSAD, trazendo uma nova perspectiva à entidade. Com uma sólida experiência como Secretário de Estado da Administração do Piauí e uma notável carreira acadêmica na Universidade Federal

do Piauí (UFPI), Samuel combina a teoria com a prática, representando um equilíbrio crucial para enfrentar os complexos desafios da gestão pública no Brasil.

Nesta entrevista, Samuel compartilha suas metas e estratégias para liderar o CONSAD, destacando iniciativas como a transformação digital, a capacitação de servidores e o fortalecimento da colaboração entre estados. Além disso, ele reflete sobre a importância de adaptar as melhores práticas globais às realidades locais, promovendo uma administração pública mais moderna, eficiente e inclusiva.

Com um olhar atento para temas como transparência, sustentabilidade e desigualdades regionais, a gestão de Samuel promete um futuro promissor para o CONSAD e para a administração pública brasileira. Explore nesta conversa as ideias e ações que estão moldando o presente e o futuro da gestão nos estados brasileiros. Confira.

CONSAD





RGPD: Professor Samuel, o senhor assumiu recentemente a presidência do CONSAD. Quais são suas principais metas e prioridades à frente do Conselho?

SAMUEL NASCIMENTO: Assumir a presidência do CONSAD é uma oportunidade de consolidar o papel do Conselho como articulador de soluções para a gestão pública nos estados brasileiros. De maneira geral, continuaremos focados em fortalecer os Grupos de Trabalho (GTs), que são essenciais para a troca de experiências, intensificar a capacitação dos servidores públicos e ampliar o diálogo com instituições nacionais e internacionais. Queremos garantir que o CONSAD continue promovendo políticas que melhorem a eficiência administrativa e priorizem a qualidade dos serviços oferecidos à população.

RGPD: Considerando sua experiência como Secretário de Estado de Administração do Piauí, como essa vivência influenciará sua gestão no CONSAD?

SAMUEL NASCIMENTO: Minha experiência no Piauí foi marcada pela superação de desafios comuns a muitos estados, como modernizar a administração com recursos limitados. Implementamos iniciativas inovadoras que hoje servem de referência, como projetos voltados à digitalização de serviços e capacitação de servidores. Essa vivência me dá uma perspectiva prática, permitindo que minha gestão no CONSAD seja mais sensível às realidades estaduais e direcionada para soluções que atendam às necessidades locais, mas com impacto nacional.

RGPD: O CONSAD tem como missão promover a melhoria da gestão pública nacional. Quais iniciativas específicas o senhor pretende implementar para alcançar esse objetivo?

SAMUEL NASCIMENTO: Uma das iniciativas centrais será o fortalecimento de parcerias com instituições acadêmicas e organismos internacionais, trazendo

“**Acredito que, por meio da troca de experiências e da colaboração entre os estados, podemos construir soluções mais eficientes e humanizadas para os cidadãos**”

inovações globais para o contexto brasileiro. Também queremos intensificar a realização de fóruns regionais e temáticos, para que gestores compartilhem desafios e soluções de maneira mais colaborativa. Além disso, planejo apoiar projetos de transformação digital e ampliar programas de capacitação voltados para servidores em todos os níveis da administração pública.

RGPD: Em sua opinião, quais são os maiores desafios enfrentados pelas Secretarias de Administração dos estados brasileiros atualmente?

SAMUEL NASCIMENTO: Os desafios variam, mas alguns são comuns: a necessidade de fazer mais com menos devido a restrições orçamentárias, a modernização de processos administrativos, a adoção de tecnologias digitais e a promoção de uma cultura de transparência e eficiência. Além disso, questões como a desigualdade regional e a falta de integração entre estados dificultam a implementação de políticas públicas mais homogêneas.

RGPD: Como o CONSAD pode contribuir para a modernização e eficiência da administração pública nos estados?

SAMUEL NASCIMENTO: O CONSAD tem um papel fundamental como facilitador de boas práticas e soluções inovadoras. Através de nossos encontros, fóruns e Grupos de Trabalho, promovemos debates que ajudam os estados a identificar caminhos para modernizar processos, implementar tecnologia e aprimorar a gestão

de pessoas. Nosso objetivo é ser uma ponte entre os desafios locais e as soluções de ponta disponíveis no Brasil e no mundo.

RGPD: A troca de experiências entre os estados é uma das bases do CONSAD. Há planos para fortalecer essa colaboração durante sua gestão?

SAMUEL NASCIMENTO: Com certeza. Planejamos ampliar a troca de experiências por meio de plataformas digitais colaborativas e eventos regionais que aproximem gestores de diferentes realidades. Além disso, queremos investir em redes de conhecimento temáticas, onde especialistas de diferentes estados possam discutir soluções específicas, como governança digital e sustentabilidade.

RGPD: O senhor possui uma sólida carreira acadêmica na UFPI. Como essa formação acadêmica influencia sua abordagem na gestão pública?

SAMUEL NASCIMENTO: Minha carreira acadêmica me ensinou a valorizar o conhecimento baseado em evidências e a importância de pesquisas para fundamentar decisões. Na gestão pública, trago essa abordagem para garantir que as políticas e projetos sejam embasados em dados concretos e alinhados às melhores práticas. A academia também reforçou meu compromisso com a formação contínua, algo que considero essencial para os servidores públicos.

RGPD: Quais são as principais diferenças que o senhor observa entre a teoria acadêmica e a prática na administração pública?

SAMUEL NASCIMENTO: Enquanto a academia nos fornece um norte e princípios para a boa gestão, a prática nos confronta com a complexidade das realidades locais. Um dos principais desafios é adaptar teorias a contextos com recursos limitados e alta demanda social. No

entanto, acredito que a integração entre teoria e prática é o caminho para criar soluções viáveis e sustentáveis.

RGPD: A pandemia de COVID-19 trouxe desafios inéditos para a gestão pública. Quais lições foram aprendidas e como elas podem ser aplicadas futuramente?

SAMUEL NASCIMENTO: A pandemia mostrou a importância da agilidade e da flexibilidade na gestão pública. Aprendemos que investimentos em tecnologia, como governo digital, são cruciais para manter serviços essenciais em funcionamento. Além disso, a crise reforçou a necessidade de coordenação entre os estados e de políticas públicas centradas nas pessoas. Essas lições continuarão a nortear nossas ações no CONSAD.

“Estar em um evento desse porte representa a chance de levar novas ideias para enfrentar os desafios da gestão pública no Brasil”





RGPD: A transformação digital é uma tendência crescente na administração pública. Quais são seus planos para incentivar a digitalização dos serviços públicos nos estados?

SAMUEL NASCIMENTO: A transformação digital é uma prioridade. De maneira geral, o Consad apoia a criação de programas que ajudem os estados na adoção de ferramentas digitais e no treinamento de servidores para utilizá-las. Também queremos fomentar a troca

“ Queremos expandir nossos horizontes e incorporar soluções inovadoras que impactem diretamente a vida dos cidadãos”



de experiências entre os estados que já implementaram soluções digitais e aqueles que estão iniciando esse processo, garantindo que todos tenham acesso a tecnologias que melhorem a eficiência e a transparência.

RGPD: A capacitação de servidores é fundamental para uma gestão eficiente. Há iniciativas previstas no CONSAD para promover a formação contínua dos profissionais da administração pública?

SAMUEL NASCIMENTO: Sim. Um dos pilares do Consad é a ampliação de programas de formação para servidores, especialmente em áreas como gestão de projetos, tecnologia e inovação. Vamos fortalecer parcerias com escolas de governo e instituições acadêmicas para oferecer conteúdo de qualidade e acessíveis a todos os estados.

RGPD: Como o CONSAD pretende atuar na promoção de políticas públicas que visem a transparência e a participação cidadã na gestão pública?

SAMUEL NASCIMENTO: Continuaremos incentivando os estados a adotarem ferramentas de transparência ativa e plataformas de participação cidadã. Além disso, queremos fortalecer debates sobre governança participativa em nossos eventos e fóruns, mostrando como a colaboração entre governo e sociedade pode levar a melhores resultados.

RGPD: Quais são as estratégias do CONSAD para enfrentar as desigualdades regionais na administração pública brasileira?

SAMUEL NASCIMENTO: Uma das estratégias é intensificar ações de cooperação técnica entre os estados, permitindo que regiões com menos recursos tenham acesso a boas práticas e soluções já implementadas com sucesso em outras localidades. Também buscamos ampliar parcerias com organismos nacionais e internacionais para oferecer suporte técnico e financeiro a projetos em estados com maiores desafios.



RGPD: A sustentabilidade é um tema cada vez mais relevante. Existem planos para incorporar práticas sustentáveis nas políticas de administração pública promovidas pelo CONSAD?

SAMUEL NASCIMENTO: Com certeza. A sustentabilidade é uma prioridade, e estamos desenvolvendo iniciativas para incentivar os estados a adotar práticas mais verdes, como a redução do uso de papel e a implementação de políticas de compras públicas sustentáveis, além de ações que possam ajudar os estados e seus gestores em questões relacionadas às mudanças climáticas. Queremos que o CONSAD seja um catalisador de mudanças que promovam uma gestão pública mais responsável com o meio ambiente.

RGPD: Por fim, quais são suas expectativas para o futuro do CONSAD e da administração pública brasileira nos próximos anos?

“ A integração com especialistas e instituições internacionais nos ajuda a criar políticas públicas mais sustentáveis e modernas, alinhadas às necessidades da população brasileira ”

SAMUEL NASCIMENTO: O CONSAD continua e seguirá sendo um ponto de convergência para inovação e boas práticas para o país. Vejo um futuro em que a administração pública brasileira será cada vez mais eficiente, transparente e conectada às necessidades reais da população. Nosso papel é garantir que esse futuro seja construído com colaboração, criatividade e responsabilidade. ●



Modernização da Administração Pública e reforma do Estado na pauta do XXIX Congresso Clad

Enap sedia, entre 26 e 29/11, um dos maiores congresso de administração pública da América Latina, o XXIX Congresso do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (Clad)



● Danielle Veloso

O XXIX Congresso Internacional do Centro Latinoamericano de Administración para el Desarrollo (Clad) sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública mira no fortalecimento da democracia, na inclusão social e na inovação como pressupostos para a transformação do Estado

Realizado entre os dias 26 e 29 de novembro na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Brasília-DF, o XXIX Clad foi inaugurado com a presença da alta comissária das Organizações das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet; ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e presidenta do Clad, Esther Dweck; ministro da Advocacia-Geral da União (AGU), Jorge Messias; e a presidenta da Enap, Betânia Lemos.

A 29ª edição do Congresso Internacional do Clad foi realizada em Brasília, Distrito Federal, na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), entre os dias 26 e 29 de novembro. O Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (Clad) é um organismo internacional com 24 países-membros, de caráter intergovernamental e fundado, em 1972, para promover intercâmbio regional de experiências que visem à modernização da administração pública.

Para a cerimônia de abertura, estiveram presentes a presidente do Clad e ministra do Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), Esther Dweck; a ex-presidenta do Chile e alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Michelle Bachelet; o ministro da Advocacia-Geral da União, Jorge Messias; a presidenta da Enap, Betânia Lemos; do secretário-executivo substituto da Casa



Foto: Roberto Rodrigues

Cerimônia de Abertura do XXIX Congresso Clad na Enap



Foto: Roberto Rodrigues

MICHELLE BACHELET REALIZOU PALESTRA MAGNA DE ABERTURA DO XXIX CONGRESSO CLAD

Civil, Pedro Pontual e do secretário-geral do Clad, Conrado Ramos.

Na abertura, a ministra Esther Dweck contextualizou o momento vivido pela administração pública no Brasil e na América Latina e afirmou que a crise de 2008 e a pandemia da covid-19 demonstraram a importância de o Estado estar pronto para responder, rapidamente, todas as crises e destacou o fato de que essas respostas precisam ser amplas, abrangendo múltiplas dimensões, como igualdade de gênero e raça, transição ecológica e modernização digital.

“Precisamos desenvolver capacidade para reduzir desigualdades e promover inclusão social, especialmente, de grupos historicamente marginalizados, fortalecer a democracia e a participação cidadã em todos os níveis de governo, promover a transição ecológica e enfrentar a emergência climática com políticas efetivas”, declarou a ministra.

Dweck ressaltou a importância da COP30, que será realizada em 2025, em Belém (PA), e a necessidade de fortalecer as capacidades estatais para enfrentar os desafios climáticos e sociais. Ela

“**Devemos proteger a democracia. Acredito que a democracia é o único sistema capaz de manter a paz**”

Michelle Bachelet, ex-presidenta do Chile e alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos

defendeu o protagonismo do Clad no papel essencial de fomentar a troca de conhecimentos e experiências que orientem a construção de um Estado inclusivo, democrático e eficaz.

Um Estado nacional inclusivo também foi defendido pela presidente da Enap. Betânia observou que o tema do Clad buscar materializar a transformação inclusiva, justa, participativa e promotora do desenvolvimento sustentável. “Hoje, a população requer do Estado que a democracia seja para todos e para todas. O Estado só é democrático de verdade se atende a todas as pessoas”, afirmou.

Nesse sentido, Conrado Ramos, secretário-geral do Clad, afirmou que há desafios sem precedentes apontados pela crise das democracias, pelas mudanças climáticas e desigualdades sociais e que o Clad desempenha um papel fundamental no fomento de debates que busquem essas soluções. Ramos enfatizou que a reformulação do congresso, com novos formatos e arranjos, reflete o compromisso de aproximar ainda mais os participantes das discussões, essenciais para fortalecer a governança pública.

Jorge Messias, da AGU, também destacou a crise das democracias, relacionando-a com uma crise de confiança da sociedade no Estado nacional. Messias afirmou a importância de fortalecer a capacidade do Estado de entregar direitos e sonhos prometidos à população. No entendimento dele, a solução da crise passa pela implementação de uma agenda de



Foto: arquivo Enep

Pepe Mujica participa da abertura do XXIX Congresso Clad

eficiência estatal, capaz de restaurar a credibilidade das instituições públicas.

Outro destaque da cerimônia de abertura do Clad foi o papel de destaque que o Brasil está tendo no cenário mundial. Para Pedro Pontual, representante da Casa Civil, o sucesso recente do Brasil no G20, ao colocar a fome e a pobreza no centro das discussões globais, comprova essa posição de destaque.

O secretário destacou o papel dos servidores públicos para a transformação do Estado. Ele reforçou que um Estado sustentável só pode ser construído com servidores que compreendam a necessidade de atender às demandas da população de forma eficiente e inclusiva.

A alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos e ex-presidenta do Chile, Michelle Bachelet, também alertou para o aumento do autoritarismo e para a fragilidade das instituições democráticas. Ela citou dados recentes do Latinobarômetro e ressaltou o crescimento de pessoas que preferem regimes autoritários a democracias que falham em entregar resultados.

“Devemos proteger a democracia. Acredito que a democracia é o único sistema capaz de manter a paz, o único sistema que visa a alcançar o desenvolvimento sustentável, atendendo às necessidades fundamentais de todas as pessoas e não apenas de algumas poucas. Isso está, diretamente, ligado à necessidade de termos um Estado efetivo”, defendeu Bachelet.

Nesse tema, e concordando com o discurso da ministra do MGI, Esther Dweck, Bachelet também discursou sobre a importância do Estado nacional responder à altura às necessidades da população. “Acredito que há de se ter um Estado forte, que tenha a possibilidade de responder aos desafios. Isso é o que se necessita. E forte também no sentido de ser sólido. É importante que o Estado tenha certas características para que possamos acelerar o progresso de nossos países”, completou.

Bachelet evocou a importância do Estado durante a pandemia da covid-19 e o singular contexto global, com 2023 tendo sido o ano com o maior número de conflitos armados desde 1945. “Vivemos em um mundo com grandes desafios, grandes crises, uma



quantidade enorme de incertezas e instabilidades”, afirmou, destacando que “se não formos capazes de nos integrar e de ter um multilateralismo forte, é muito provável que não sejamos capazes de superar esses tremendos desafios”.

Ao relacionar a realidade latino-americana com a desigualdade, a ex-presidenta do Chile destacou que, apesar dos avanços das últimas décadas em áreas, como saúde e educação, muitos retrocessos também podem ser constatados. Segundo ela, mais de 97 milhões de pessoas foram levadas para a extrema pobreza durante a pandemia de covid-19.

Bachelet afirmou que foi graças à capacidade de atuação dos Estados nacionais que os cidadãos

foram respondidos em suas necessidades durante a crise sanitária. A líder refletiu ainda sobre a crise climática e fez um chamado à ação coletiva e à integração regional. “A América Latina precisa fortalecer seu diálogo e sua cooperação”, apontou.

E completou: “Esta é a região com o menor nível de comércio intrarregional, e isso é absurdo. Temos tantas potencialidades e tantas possibilidades” declarou. No fim de sua palestra, ela reafirmou o compromisso com a esperança e a transformação: “Que sigamos trabalhando com urgência, amor e respeito para garantir um futuro melhor para todos”.

A representante das Nações Unidas para os Direitos Humanos encerrou sua participação no Clad com um apelo: “Acredito que o mundo está mudando, que é um mundo complexo, com desafios enormes, mas quero convidá-los a não desistir. Que sigamos trabalhando com entusiasmo, com sentido de urgência e compromisso, com amor e respeito, para garantir a todos e todas um presente e um futuro melhores.”

CLAD, MGI E ENAP CELEBRAM A REALIZAÇÃO DO XXIX CONGRESSO CLAD. PRÓXIMA EDIÇÃO, EM 2025, SERÁ NO PARAGUAI



Foto: Roberto Rodrigues

A Revista Gestão Pública e Desenvolvimento acompanhou o evento e destaca os momentos mais importantes

No painel sobre os desafios do Estado nacional para alcançar um desenvolvimento inclusivo e sustentável, ao lado da ministra Esther Dweck, a ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Cármen Lúcia, atualmente única mulher ministra no STF, afirmou que a crise climática ameaça a sobrevivência no planeta e está, diretamente, conectada a problemas como a fome, que classificou como uma injustiça inaceitável.

Para a ministra, “em uma sociedade verdadeiramente civilizada, ninguém deveria dormir sem saber o que comerá amanhã”. Ela nomeou a responsabilidade de buscar as garantias dos direitos fundamentais assegurados pela Constituição a gestores, legisladores e, especialmente, a juízes constitucionais.

Cármen Lúcia frisou que a Constituição estabelece como marco fundamental a transformação dos direitos fundamentais em leis que devem ser cumpridas. “O mínimo existencial, que garante a dignidade humana, e a reserva do possível, que exige do Estado nacional priorizar recursos financeiros para atender a esses direitos, são princípios inegociáveis”, destacou a ministra.

A magistrada defendeu a inconstitucionalidade de políticas que promovam o egoísmo, má-gestão de recursos públicos ou a destruição ambiental. “Construir uma sociedade livre, justa e solidária, conforme o artigo 3º da Constituição, deve ser nossa diretriz. Nosso compromisso é com um País que enfrenta as desigualdades, respeite o meio ambiente e promova dignidade para todos”, afirmou.



Foto: Roberto Rodrigues

A presidente do TSE, ministra Cármen Lúcia, discursa durante XXIX Congresso Clad

MINISTRA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF), CÁRMEN LÚCIA, ASSOCIA CRISE CLIMÁTICA AO PROBLEMA DA FOME

A presidente do TSE também reforçou que, como cidadãos e servidores da Justiça, há a responsabilidade de cumprir e proteger esses princípios com humanidade e ética, compreendendo que o verdadeiro desenvolvimento vai além do básico. Ele deve incluir cultura, inclusão e oportunidades.

O painel foi mediado pelo secretário-geral do Clad, Conrado Ramos, e contou também com a participação da presidenta do Clad e ministra do MGI, Esther Dweck, e do presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn.



Foto: Roberto Rodrigues

Ministras de Estado e a embaixadora de Barbados, Tonika Sealy-Thompson, durante debate intitulado “Por um Estado para todas e todos: transformação inclusiva, diversa e sustentável”

PROGRAMAÇÃO DESTACA SOLUÇÕES PARA A TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO

A cerimônia de abertura do XXIX Congresso Clad contou com participações marcantes durante toda a sua programação, como a transmissão de um vídeo emocionante do ex-presidente do Uruguai, Pepe Mujica, que passa por delicada situação de saúde e que acaba de ajudar a consagrar a renovação do seu grupo político à frente da Presidência do do Uruguai com a vitória de Yamandú Orsi nas eleições presidenciais.

No vídeo, gravado especialmente para o evento, Mujica destacou a necessidade de criar consciência para o enfrentamento dos problemas da democracia contemporânea. O líder creditou os resultados do Estado aos atores envolvidos em seu comando. Já sobre o Brasil, sede desta edição do Clad, o ex-presidente uruguaio afirmou que é preciso envolvê-lo. “País chamado a ser uma potência”, ressaltou.

Ao longo dos dias, em mais de 150 horas de programação e com mais de 700 pessoas de 20 países da América Latina, Caribe, África e Ibero-América

presentes, o XXIX Clad explorou temas centrais para o futuro da administração pública. No encerramento do evento, anunciou-se a realização da trigésima edição do Congresso Clad, a ser realizado em 2025, no Paraguai.

DIVERSIDADE, SUSTENTABILIDADE E INCLUSÃO: A TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO PARA ATENDER A TODOS E TODAS

Em um verdadeiro marco para a política brasileira, as ministras Marina Silva, do Ministério do Meio Ambiente; Sônia Guajajara, do Ministério dos Povos Indígenas; Cida Gonçalves, do Ministério das Mulheres; Macaé Evaristo, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, respectivamente, debateram o papel central das mulheres, dos povos indígenas, da população negra e dos demais grupos minorizados na formulação de políticas públicas e na transformação para um Estado diverso, sustentável e inclusivo.

A mesa-redonda contou também com a participação da embaixadora de Barbados no Brasil, Tonika

Sealy-Thompson. Na oportunidade, a ministra Marina Silva rechaçou a ideia de um Estado que seja provedor ou apenas regulador, pois ambos os modelos falham em atender às necessidades reais da população, e defendeu um Estado mobilizador, capaz de envolver todos os trabalhadores, mulheres, jovens, empresários, para construir um ciclo de prosperidade sustentável.

“O desafio é criar um novo ciclo de prosperidade que seja sustentável e inclusivo. Esse ciclo, que o governo Lula busca, por meio do plano de transformação ecológica, enfrentar as mudanças climáticas, reduzir as desigualdades e fortalecer a democracia”, destacou a ministra do MMA. Para ela, a prosperidade do passado gerou grandes impactos ambientais e pobreza e, agora, é essencial pensar em um modelo democrático capaz de reverter essas desigualdades. “O tamanho do Estado deve ser o necessário, pois, embora em algumas regiões o Estado seja excessivo, na Amazônia, entre povos indígenas e comunidades negras, por exemplo, ele é insuficiente”, afirmou ela.

A ministra Cida Gonçalves ressaltou a importância do Estado para o avanço da agenda de gênero e disse que é essencial trabalhar com três pilares principais. O primeiro é a transversalidade a fim de garantir que a questão de gênero atravessasse todas as políticas públicas de forma concreta, com ações implementadas por diversos órgãos e não apenas registradas no papel. O segundo é a intersetorialidade, que exige um diálogo contínuo e negociação entre ministérios para garantir a execução das ações planejadas, com os recursos necessários para implementação. O terceiro é a interseccionalidade, que reconhece que as políticas de gênero precisam considerar fatores como raça, classe e etnia, já que mulheres negras e indígenas enfrentam desigualdades ainda mais profundas.

“No Brasil, os desafios incluem retrocessos recentes, como a proposta de restringir os direitos ao aborto legal, e a disseminação de desinformação

Foto: Roberto Rodrigues



“ No Brasil, os desafios incluem retrocessos recentes, como a proposta de restringir os direitos ao aborto legal, e a disseminação de desinformação sobre o conceito de gênero, tratado, erroneamente, como ideologia”

Cida Marques, ministra do Ministério das Mulheres

sobre o conceito de gênero, tratado, erroneamente, como ideologia. Outro desafio é o Orçamento do Estado limitado para políticas transversais, que necessitam de recursos para serem efetivas. Além disso, a cultura de ódio e de violência é um problema urgente, evidenciado pelo aumento de feminicídios, violência doméstica e sexual, especialmente contra crianças, o que reflete a desvalorização das mulheres”, destacou Cida.



AÇÕES AFIRMATIVAS E INCLUSÃO PARA A FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, iniciou sua fala denunciando o ataque constante aos territórios indígenas. Para isso, citou uma invasão por facções criminosas a um território indígena no Acre, ocorrido na última semana de novembro deste ano, em que meninas e mulheres foram abusadas naquele lugar que deveria ser um local seguro para elas.

“Isso aumenta a nossa preocupação em garantir a inclusão, pois, além de incluir os povos indígenas no mercado de trabalho e na educação, é essencial pensar em como assegurar a segurança dentro dos territórios indígenas”, afirmou a ministra. Guajajara também ressaltou a necessidade de compreender que, em todo o mundo, os povos indígenas já enfrentam desvantagens em relação aos colonos que invadiram suas terras.

Guajajara, primeira ministra que lidera o primeiro ministério brasileiro voltado para os povos indígenas, afirma que só é possível a construção de políticas que promovam a sustentabilidade e assegurem os direitos dos povos originários com a participação direta dessas comunidades. “Não se trata de decidir por eles, mas de incluí-los no centro da formulação dessas políticas”, disse.

Guajajara também destacou que as demandas das mulheres indígenas estão, intrinsecamente, ligadas às lutas de seus povos, como a demarcação de territórios. “As mães e avós estão cansadas de sofrer violência e de verem seus filhos enfrentarem a mesma realidade. A prioridade delas é garantir seus territórios, que são essenciais para sua autonomia e segurança”, explicou.

A ministra dos Direitos Humanos e Cidadania, Macaé Evaristo, por sua vez, reforçou a análise de Guajajara. “Não é possível pensar em políticas públicas

inclusivas sem a participação ativa da pluralidade de sujeitos no País”, afirmou Macaé. Ela declarou que o Estado precisa superar a visão homogênea e colonizadora que fez a sociedade acreditar em um único tipo de ser humano que orienta todas as políticas públicas.

“Moldado por séculos de escravidão, nosso País gerou distorções na forma de conceber o Estado nacional, que sempre foi apropriado por grupos específicos. Esse Estado patrimonialista ainda atende, predominantemente, aos interesses de uma minoria, seja nos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário. Para transformar o Estado nacional, é preciso ir além da equidade e adotar ações afirmativas. Hoje, a luta por financiamento partidário para mulheres e pessoas negras é insuficiente. As cotas para garantir a presença de mulheres e negros no Legislativo e no Judiciário são essenciais para construir um Estado verdadeiramente inclusivo”, disse ela. ●

“ Isso aumenta a nossa preocupação em garantir a inclusão, pois, além de incluir os povos indígenas no mercado de trabalho e na educação, é essencial pensar em como assegurar a segurança dentro dos territórios indígenas”

Sônia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas



Foto: Roberto Rodrigues

Lançado relatório sobre desigualdade, papel do Estado e democracia na América Latina e Caribe

Documento lançado pelo PNUD, Clad e MGI, durante XXIX Congresso Clad, apresenta visão da população em relação às instituições



Foto: Adalberto Marques/MGI

Lançamento do relatório "Estado, democracia e desigualdade: uma perspectiva latino-americana", durante o Congresso do Clad



A 29ª edição do Congresso Internacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (Clad), foi palco do lançamento do relatório “Estado, democracia e desigualdade: uma perspectiva latinoamericana”. O documento é uma produção do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), juntamente com o Clad e o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos ((MGI).

Na ocasião, a ministra Esther Dweck, que também preside o Clad, afirmou que a produção do relatório era urgente para o diagnóstico da América Latina e Caribe diante dos dois desafios colocados: defesa fundamental da democracia e combate a desigualdades históricas. Para a ministra, esses dois desafios podem ser enfrentados por meio de uma reforma do Estado clara e fundamentalmente destinada a fortalecer a relação entre o Estado e os cidadãos, o que definiu como uma vocação claramente democrática.

“Esse relatório mostra que precisamos atuar de forma abrangente, buscando solucionar os vários problemas reais que assolam nossas populações, observando, inclusive, a cobertura e a qualidade dos serviços públicos, estando atentos ao surgimento de novas demandas sociais e identitárias. Precisamos olhar diretamente para as decepções que os cidadãos acumularam e trabalhar para atender suas necessidades”, defendeu Dweck.

Participaram da apresentação do relatório o coordenador da pesquisa e professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Leonardo Avritzer, a professora emérita da Universidade de Nova York, Sonia Ospina Bozzi, o professor do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Peru, Juan Carlos Cortázar, o secretário Extraordinário para a Transformação do Estado do MGI, Francisco Gaetani e a vice-representante residente do PNUD, Elisa Calcaterra.

“Esse relatório mostra que precisamos atuar de forma abrangente, buscando solucionar os vários problemas reais que assolam nossas populações, observando, inclusive, a cobertura e a qualidade dos serviços públicos, estando atentos ao surgimento de novas demandas sociais e identitárias”

Esther Dweck,
ministra da Gestão e da Inovação
em Serviços Públicos



Foto: Roberto Rodrigues



Foto: Adalberto Marques/MGI

Leonardo Avritzer, professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Sonia Ospina Bozzi, professora emérita da Universidade de Nova York; Esther Dweck, ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos; Francisco Gaetani, secretário Extraordinário para a Transformação do Estado do MGI; Elisa Calcaterra, vice-representante residente do PNUD; Juan Carlos Cortázar, professor do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Peru

Com a tarefa de coordenar a pesquisa, Leonardo Avritzer explicou que o ponto de partida do novo relatório é a constatação de que as democracias latino-americanas têm mantido sua estabilidade eleitoral desde os processos de democratização que começaram nos anos 1980. O professor ressalta que, desde a democratização da República Dominicana, em 1978, passando por Argentina, Brasil e Uruguai, no início dos anos 1980, houve poucas rupturas democráticas. No entanto, ele pondera que essa estabilidade coexiste com uma crescente insatisfação cidadã em relação à qualidade da democracia.

De acordo com o relatório, em 2023, apenas quatro em cada dez latino-americanos estão satisfeitos com suas democracias; aproximadamente quatro em cada dez confiam no sistema de justiça ou no poder executivo de seus países, enquanto apenas três confiam nos partidos políticos. Para Leonardo, a confiança dos cidadãos da região está a diminuir de forma rápida e isso revela um profundo descontentamento

com aqueles que estão governando e representando em um determinado momento.

Para o professor, esse quadro de insatisfação se reflete em fenômenos como a eleição de governantes com tendências autoritárias e ataques a instituições fundamentais, como as cortes supremas. “O descontentamento com a democracia tem levado a um padrão de votação de governantes que atacam as instituições democráticas”, afirmou. Para ele, isso não é exclusividade da América Latina, mas um reflexo de tendências globais que incluem polarização política e mudanças estruturais no mercado de trabalho.

Nesse sentido, Sonia Ospina Bozzi ressaltou que o principal desafio que as democracias da região enfrentam hoje é a perda de confiança dos cidadãos, que surgiu inicialmente como uma desconfiança em relação aos representantes políticos, mas se espalhou para o sistema como um todo. Assim, a confiança nos partidos e a identificação com um partido tenderam a diminuir nos últimos anos. O percentual



de confiança no Executivo também caiu de 34,15% em 2008 para 26,54% em 2023.

Bozzi alertou que a indiferença da população à democracia está crescendo. Em média, 54% dos latino-americanos afirmam não se importar se um governo chega ao poder por meios não democráticos, desde que resolva seus problemas (estudo Corporación Latinobarómetro de 2023).

“É preciso trabalhar para resolver esse problema da tendência de muitos latino-americanos preferirem a democracia a outros sistemas de governo diminuir nos últimos 20 anos, mostrando uma queda mais acentuada desde 2021 em alguns países como Argentina, Uruguai e Equador”, pontuou Bozzi.

Juan Carlos Cortázar, que também é professor do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Peru, apontou que o relatório mostrou que os índices de desigualdade começaram a desacelerar desde 2013, mas em muitos países os índices estagnaram em meados da segunda década do século. Ele explicou que embora alguns progressos tenham sido alcançados, a região latino-americana continua sendo uma das mais desiguais do mundo. O relatório explica os fatores socioeconômicos e políticos que desencadearam a queda do índice de GINI, indicador que mede a desigualdade na distribuição de renda de um grupo de pessoas.

“O relatório também registra os avanços ocorridos durante a primeira década do século, que nos permitem ver as oportunidades que existem para criar políticas anti-desigualdade e anti-pobreza, e oferece exemplos de programas e políticas sociais e fiscais bem sucedidos”, pontuou Cortázar.

O relatório também destacou o impacto da polarização política e das mudanças tecnológicas na democracia. Avritzer aponta que o aumento da polarização é um fenômeno global, muitas vezes impulsionado por redes sociais e pela disseminação de desinformação.

Ainda segundo o relatório, a automação e as novas formas de trabalho têm gerado instabilidade econômica, ampliando o descontentamento da população. Essa combinação de fatores cria um cenário desafiador para os governos, que precisam buscar formas de fortalecer o vínculo entre Estado e cidadãos em um ambiente de rápidas transformações.

Tanto o relatório do PNUD de 2004, intitulado “A democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãs e cidadão”, quanto o lançado agora destacam a importância das instituições internacionais para a consolidação democrática na América Latina. Instituições como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o próprio PNUD têm desempenhado papéis fundamentais ao estabelecer padrões democráticos e oferecer suporte técnico aos países da região.



Foto: Roberto Rodrigues

“Esse relatório nos faz conhecer a América Latina e entender a realidade do nosso país e dos nossos vizinhos. A sensibilidade impressa nesse relatório busca unir discussões”

Francisco Gaetani, secretário Extraordinário para a Transformação do Estado do MGI



O RELATÓRIO LANÇADO DURANTE O XXIX CONGRESSO CLAD FOI PUBLICADO, INICIALMENTE, EM ESPANHOL, COM VERSÃO RESUMIDA EM PORTUGUÊS, DISTRIBUÍDOS DURANTE O EVENTO

Para Francisco Gaetani, o lançamento do relatório representa um esforço em tempos e circunstâncias difíceis, mas capaz de dar uma mensagem importante a todos. O secretário Extraordinário para a Transformação do Estado, lembrou que desde que o presidente Lula instituiu o MGI, ficou claro o reconhecimento de que o Estado e o governo devem funcionar de forma organizada e em tempo hábil, principalmente porque reconstruir a administração pública, que foi prejudicada, foi um grande desafio.

“Esse relatório nos faz conhecer a América Latina e entender a realidade do nosso país e dos nossos vizinhos. A sensibilidade impressa nesse relatório busca unir discussões. A entrega do Estado e o combate à desigualdade são desafios que temos enfrentado”, ressaltou Gaetani.

No entendimento da vice-representante residente do PNUD, Elisa Calcaterra, o relatório aborda questões centrais para o desenvolvimento humano da região latino-americana, e que o esforço que vem sendo feito é para que se construa uma sociedade inclusiva, resiliente, com instituições fortes e capazes de atender as demandas da população de forma equitativa e eficaz.

“Parabenizo o governo brasileiro por ter uma visão de criar um ministério de gestão e inovação dos serviços públicos, pois garante um papel estratégico, trabalhando para o desenvolvimento da região. Ampliar a participação cidadã, principalmente para grupos historicamente excluídos, nos ajudará a combater a desigualdade abrangente em espaços políticos, sociais e de acesso a serviços essenciais. Esse relatório se soma a esse legado de mais de 20 anos do PNUD mostrando seu compromisso com a democracia e fortalecimento das instituições e da promoção de vida digna a todos”, destacou Calcaterra.

O relatório lançado durante o XXIX Congresso Clad foi publicado inicialmente em espanhol, com versão resumida em português, distribuídos durante o evento. Em breve, todas as versões, inclusive em inglês, se encontrarão disponíveis em ambiente virtual. ●



MGI lidera transformação para um Estado mais inclusivo e eficiente

Balanço das entregas do Ministério da Gestão e Inovação destaca avanços em modernização, fortalecimento do serviço público e diálogo com a sociedade



● Danielle Veloso

Em reunião plenária da Câmara Técnica de Transformação do Estado, criada no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (“Conselhão”), ocorrida no dia 5 de novembro, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) realizou balanço das entregas do governo federal relacionadas à transformação do Estado nacional.

O encontro contou com a participação de conselheiros do Conselhão e de especialistas por eles convidados, além de representantes do MGI, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e Orçamento, Advocacia Geral da União, e da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI).

Na opinião de Cristina Mori, secretária-executiva do MGI, a Câmara desempenha papel fundamental para a ampliação do diálogo do governo com a sociedade nas iniciativas relativas à Transformação do Estado, uma das missões do ministério. “É um espaço importante para ouvirmos as propostas dos integrantes da Câmara e trazermos o que o governo

tem feito para a transformação do Estado brasileiro. É uma reconstrução com sabedoria, que busca alocar melhor os esforços e energias às mudanças necessárias, pensando bastante na inovação e na resiliência que o Estado precisa ter para enfrentar os desafios contemporâneos e, também, para seguir adiante”, disse.

A secretária reforçou a importância da aprovação do PL dos Concursos, que contou com o apoio dos conselheiros. Ela citou o PL das cotas no serviço público, que está em fase final de tramitação na Câmara dos Deputados e que é também fundamental para esta transformação. Destacou o documento consolidado pelo MGI que apresenta todas as propostas em andamento pela Pasta nesta agenda a fim de dar visibilidade às ações aos integrantes da Câmara para que elas sejam debatidas, aperfeiçoadas e possam avançar.

O secretário Extraordinário de Transformação do Estado do MGI, Francisco Gaetani, destacou o fato de o documento produzido pelo MGI com o objetivo de formular políticas e diretrizes para a transformação permanente do Estado “reflete o que a Pasta tem feito de concreto e é muito aderente ao presente, de modo que a gente possa discutir os próximos passos de forma construtiva”, afirmou.



Foto: Adalberto Marques/MGI

Secretária-Executiva do MGI, Cristina Mori; secretário Extraordinário de Transformação do Estado do MGI, Francisco Gaetani; e outros representantes do governo e da sociedade civil participaram de reunião na Câmara Técnica do Conselhão



Gabriela Lotta, por sua vez, considera que a prestação de contas das entregas do MGI caminham no mesmo sentido do que é esperado do momento: “Existe um pacote coerente de iniciativas em curso e essas iniciativas são muito alinhadas com a demanda que a sociedade tem por melhor eficiência, transparência e funcionamento da própria administração pública”, disse.

A proposta do MGI é a de que o Estado passe por um processo de transformação da Administração Pública que vise à construção de um Estado mais inclusivo, democrático e efetivo, em diversas frentes de atuação. As frentes envolvem desde o fortalecimento do serviço público, de modo a dotá-lo de

um quadro profissional cada vez mais competente e representativo, ao fortalecimento das capacidades das empresas estatais e à estruturação de parcerias com os entes federativos para potencializar os resultados das políticas públicas.

Dentre todas as ações, o ministério destaca algumas das mais importantes, como a prestação de contas, o Concurso Público Nacional Unificado, os acordos de reestruturação das carreiras públicas, o novo Programa de Gestão e Desempenho, a Infraestrutura Nacional de Dados, a Estratégia Nacional de Governo Digital, a Carteira de Identidade Nacional, o relatório agregado das empresas estatais, a portaria de diretrizes das carreiras.

Ministra Esther Dweck apresenta projeto de transformação do Estado no “Diálogos SAJ”

Por ocasião do encontro “Diálogos SAJ”, evento interno da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, a ministra Esther Dweck, da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), apresentou o projeto de Transformação do Estado. Vale destacar que essa iniciativa é liderada pelo MGI. Diálogos SAJ é realizado mensalmente e conta com a participação de secretários, ministros de Estado e de autoridades de outras instituições para a formação sobre as principais ações do governo federal.

O tema desta edição é, justamente, a principal missão do MGI desde a sua criação: repensar a organização do Estado de forma a produzir uma entrega mais eficaz, sustentável e inclusiva das políticas públicas. Dweck afirma que a inovação conduzida pelo MGI se baseia no reconhecimento das diferenças e na sugestão de canais e formatos de serviços públicos, digitais e presenciais, que atendam ao usuário, respeitando a diversidade.

Foto: Adalberto Marques/MGI



Ministra Esther Dweck participou do Diálogos SAJ na quarta-feira (6/11), no Palácio do Planalto

“A sociedade é dinâmica, bem como suas demandas. Precisamos entender as mudanças realizadas nos governos anteriores do presidente Lula e da presidenta Dilma, que mudaram a sociedade, e entender qual é a demanda de hoje e o que é preciso ser feito dentro de um processo permanente de repensar e atualizar as políticas de governo”, afirmou Dweck.

A democratização dos serviços por meio de um Estado nacional representativo da população, a

DECRETO-LEI 200

O Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que trata da organização da Administração Pública federal, estabelece diretrizes. Devido à necessidade de atualização e ajustes para garantir a atuação do governo federal na Transformação do Estado, principalmente no sentido de aumentar a capacidade estatal para a entrega de políticas públicas, DEL200 passa pela revisão de uma Comissão de Especialistas, liderada pelo MGI e pela Advocacia-Geral da União (AGU).

A revisão irá repensar a organização do Estado a fim de torná-lo mais célere e eficiente. Durante o encontro do Conselho, a secretária-geral de consultoria da AGU, Clarice Costa Calixto, atualizou as informações sobre o trabalho da comissão, que tem se realizado de forma participativa e democrática. Segundo ela, é necessário inovar e gerar flexibilidade com foco nas entregas e é preciso ampliar a participação social pensando na legitimação do estado.

qualidade dos investimentos financeiros públicos na entrega à população e a efetividade da máquina pública são os pilares que devem nortear a capacidade do Estado na implantação de políticas públicas. Por isso, de acordo com a MGI, o processo de inovação e transformação deve ser contínuo e permanente no sentido que o projeto Transformação do Estado está conduzindo.

Na opinião da ministra, a lógica de reforma apregoada hoje expõe uma ameaça à redução da capacidade de entrega do Estado e esconde uma espécie contrabando (um “jabuti), que irá resultar no chamado “Estado mínimo”. E afirma que “a noção de reforma administrativa está inerte no passado, grandes mudanças feitas de uma só vez para reformar o Estado é uma noção ultrapassada e embute um viés de redução do Estado”.

Esther Dweck destaca a reavaliação das capacidades com vistas ao enfrentamento dos desafios atuais. “O Estado deve liderar o processo de transformação digital do Brasil, fornecendo infraestruturas públicas digitais seguras, transformando dados em ativos estratégicos e facilitando o acesso a serviços de qualidade para a população em todos os níveis da Federação”, destacou. “O Estado do futuro é inovador, líder do processo de desenvolvimento socioeconômico verde, digital e inclusivo. Essa transformação não demanda mudanças na Constituição,

mas sim a articulação de uma série de iniciativas infraconstitucionais”, definiu.

A transformação digital do governo para facilitar o acesso da população aos serviços públicos também foi destaque da ministra. Como resultado disso, ela citou a otimização do pagamento de benefícios sociais, o que promoveu praticidade no acesso da população aos recursos financeiros ao mesmo tempo em que reduziu fraudes e garantiu a individualização do atendimento. “A digitalização, conduzida pelo Estado, é essencial para garantir a eficiência dos gastos públicos, assegurando que as políticas cheguem de fato a quem mais precisa”, finalizou.

Na ocasião, servidores da Casa Civil, da Secretaria Geral e da Secretaria de Relações Institucionais e outros órgãos puderam elucidar questões diretamente com a ministra, passando por temas como Concurso Nacional Unificado, e outras iniciativas voltadas a construir um perfil de servidores que reflita melhor a diversidade da população brasileira.

Esther lembrou que nos últimos anos, ocorreu uma redução de quase 11% na força de trabalho federal. Além de repor servidores, o MGI tem se dedicado a dimensionar a força de trabalho necessária. “Onde falta gente hoje? E para exercer que papel?”, ponderou a ministra, defendendo a necessidade dessa reflexão para que o serviço público responda melhor às necessidades da população e do país. ●



Eleições Municipais 2024 e a cooperação federativa

MGI e Enap lançam pacote para apoiar os novos prefeitos



● Danielle Veloso

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) lançaram um pacote de iniciativas para apoiar os recém-eleitos nas Eleições Municipais de 2024. O pacote é composto pelo Painel Municipalista, Catálogo de Soluções Federativas e pelo curso online de “Gestão Municipal: tudo o que você precisa saber para os primeiros 100 dias de mandato”.

O pacote de apoio e de boas-vindas aos gestores contém informações importantes sobre transição de governo, capacitação e principais parcerias do governo federal com municípios e já estão disponíveis para os novos prefeitos e as equipes de transição.

“O apoio aos novos gestores municipais é fundamental para garantir uma transição eficiente, focada nas reais necessidades de cada cidade. Nossas soluções são caminhos práticos para acelerar a implantação de políticas públicas”, destacou a ministra do MGI, Esther Dweck.

PAINEL MUNICIPALISTA E CATÁLOGO DE SOLUÇÕES FEDERATIVAS

O Painel Municipalista e o Catálogo de Soluções Federativas oferecem uma visão completa dos dados e dos indicadores para a gestão municipal em quatro grandes áreas: transferências de recursos da União; contratações públicas (de acordo com a Nova Lei de Licitações); destinação de imóveis da União; e governo digital.

Ao acessar a ferramenta, basta digitar a unidade da Federação e o município de interesse que o painel carrega todas as informações disponíveis nessas áreas. No painel, os prefeitos conseguem visualizar todos os conteúdos sobre convênios, pendências de prestação de contas, dentre outras informações relevantes para o início de mandato.

Os novos gestores eleitos têm a possibilidade de visualizar a integração de seu município com a conta GOV.BR e com todas as funcionalidades da Rede GOV.BR. O painel oferece ainda informações sobre linhas de financiamento para a transformação digital.

“O apoio aos novos gestores municipais é fundamental para garantir uma transição eficiente, focada nas reais necessidades de cada cidade. Nossas soluções são caminhos práticos para acelerar a implantação de políticas públicas”

Esther Dweck, ministra do MGI

O Catálogo de Soluções Federativas é uma porta de entrada para iniciativas que impulsionam a inovação e tornam a gestão pública mais efetiva e sustentável. Em cada solução, há instruções sobre passo a passo para solicitação e canais de atendimento.

Com os subsídios da Enap, o curso sobre os primeiros 100 dias de mandato aborda temas como as melhores estratégias para iniciar uma gestão de sucesso no município, com casos (cases) de experiências bem-sucedidas. O curso trata de instrumentos de planejamento, orçamento, finanças, gerenciamento de riscos e apoio à implementação de políticas públicas.

SAIBA MAIS

Acesse Painel Municipalista:

<https://municipalista.paineis.gov.br/extensions/painel-municipalista/painel-municipalista.html>

Acesse Catálogo de Soluções Federativas:

<https://www.gov.br/gestao/pt-br/federativo/catalogo>

Acesse o curso online “Gestão Municipal: tudo o que você precisa saber para os primeiros 100 dias de mandato”:

<https://www.escolavirtual.gov.br/trilha/247>



Divulgação

Manual de Transição é apresentado pelo secretário de Articulação Institucional do MPO, João Villaverde, em São Paulo

Manual de Transição Municipal é apresentado em evento da FGV e do Insper

Elaborado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), o Manual de Transição Municipal foi apresentado em seminário, organizado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), em parceria com o Insper (derivado do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC), que reuniu prefeitos eleitos, estudantes, além de pesquisadores e professores em São Paulo.

No seminário sobre Transição Municipal, realizado em São Paulo, o secretário de Articulação Institucional do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), João Villaverde, apresentou o Manual de Transição Municipal, elaborado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), em parceria com a Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI-PR), para orientar novos gestores. O evento foi organizado pelos professores Marco Antônio Teixeira, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e Marcelo Marchesini, do Insper.

Também participaram do seminário vários pesquisadores e professores, dentre eles, Carlos Melo (Insper), Úrsula Peres (USP), Cláudio Couto, (FGV) e Clóvis Carvalho, ex-ministro da Casa Civil, além de prefeitas e prefeitos eleitos, estudantes para debater e compartilhar informações sobre o processo de transição de governo, período que inicia com a conclusão das eleições e vai até a posse dos eleitos.

SAIBA MAIS

Para acessar o Manual de Transição Municipal, acesse:

<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/articulacao-institucional/publicacoes/manual-de-transicao-municipal/manual-de-transicao-municipal>

Para saber a agenda das oficinas e mais serviços de fortalecimento da cooperação federativa, acesse:

<https://www.gov.br/sri/pt-br/portalfederativo>

“O seminário foi uma ocasião perfeita para apresentarmos o manual. Conseguimos conversar sobre os passos a serem seguidos e, também, sobre qual pode ser o papel da sociedade na observação e controle para que a transição democrática ocorra da melhor forma possível”, afirmou Villaverde.

O cientista político e professor do Insper Carlos Melo destacou o projeto das Rotas de Integração Sul-Americana, outra iniciativa do MPO,

coordenado pela Secretaria de Articulação Institucional. “Quero aproveitar este evento para registrar que o Ministério do Planejamento também tem liderado o projeto que considero mais estratégico deste governo, as Rotas de Integração com os países da América do Sul. Isso traz o componente da novidade em políticas públicas, que rompe com as mesmas ideias de sempre, bem como impactos de curto prazo”, disse.

Manual de Transição Municipal disponível para todo o País

Com a conclusão das eleições, a Secretaria de Relações Institucionais (SRI-PR) iniciou a realização de oficinas com as Prefeituras a fim de apoiar o processo de transição em todo o País. As oficinas ocorrem nas 26 capitais, sempre em parceria com a associação de municípios de cada estado. Começou pelo Rio Grande do Sul. Na primeira

semana de encontros, as oficinas foram realizadas no Amazonas, Tocantins, Amapá, Roraima e Mato Grosso do Sul.

Os encontros regionais também contam com a parceria da Caixa Econômica Federal (Caixa) e da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON). ●



Divulgação

Novos gestores participam de oficina durante 2º Congresso dos Municípios de Mato Grosso do Sul



Inovação no serviço público: desafios e transformações

Betânia Lemos, presidenta da Enap, destaca o papel da inovação para aproximar o Estado da sociedade, promover equidade e liderar mudanças estruturais no Brasil

● **Danielle Veloso**

A revista Gestão Pública e Desenvolvimento foi recebida pela presidenta da Enap, Betânia Lemos, para uma entrevista sobre o tema da inovação no serviço público e o momento que a administração pública vivencia. Confira!

GPD: Qual o papel da Enap e da sua gestão na promoção da equidade de gênero e da igualdade racial no serviço público?

BT: A Enap é vinculada ao Ministério da Gestão e Inovação – já tem inovação no nome, né? – da nossa ministra Esther Dweck. É um ministério novo. A Enap é antiga, mas o Ministério foi criado pelo presidente Lula. E a missão desse ministério é transformar, é inovar o estado para a gente gerar uma transformação. A Enap está inserida nesse movimento, nessa proposta de inovar o estado brasileiro, de transformar o estado. Por isso que a gente está muito relacionada aos temas de

inovação e os temas de promoção de equidade. Porque não tem como a gente transformar o estado brasileiro se a gente não transformar as questões estruturais do estado. Uma característica marcante do estado brasileiro são as desigualdades de gênero, raça, étnica, desigualdade social, todas as formas de desigualdade. O estado brasileiro pela sua construção foi historicamente um estado escravocrata e construído para um grupo específico da população, não para toda a população. Por isso esse grande trabalho da Enap na promoção da igualdade de gênero, étnico-racial e todos os temas relacionados, como segurança alimentar. Tudo isso está relacionado com a diminuição das desigualdades na nossa sociedade. E a Enap, como Escola Nacional de Administração Pública, tem a grande missão de formar os servidores e servidoras públicos, não só do executivo federal, mas também estadual e municipal. Então ela também é uma grande propulsora de mudança, porque para a gente transformar o estado primeiro a gente tem que educar os servidores que trabalham no estado. Então a tem promovido muitas formações, muita pesquisa, enfim, muitas ações para a gente formar os





servidores em temas que são tão caros para a nossa sociedade. A gente só vai ter um país diferente, sem pobreza e sem fome, se a gente atuar nas mudanças estruturais de como a nossa sociedade se organiza. E é isso que a gente vem fazendo, formando servidores públicos para fazer uma atuação qualificada, baseada em evidências, para gerar essa transformação social.

GPD: O tema da Semana da Inovação 2024 é “Novas Formas de Cuidar”. Uma forma de celebrar o PL 2762/2024, que institui a Política Nacional de Cuidados, encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional e o Plano Nacional de Cuidados, que está em processo de conclusão para lançamento também pelo executivo. A Enap participou desde o início desse processo e se debruça bastante sobre o tema. Como foi o papel da Enap e qual o sentimento da instituição vendo esse processo se concretizar?

BL: É a primeira vez que o Brasil vai ter uma Política Nacional de Cuidados, então a Enap se orgulha muito de estar no centro da construção, numa parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério das Mulheres, que são onde estão as duas secretarias de estado que têm a obrigação de cuidar da construção dessa Política Nacional de Cuidados. A gente se orgulha muito de estar junto com os Ministérios ajudando nessa construção. O Plano Nacional de Cuidados é fundamental para fazer essa transformação que a gente fala, né? A gente precisa cuidar. O cuidar está no centro da discussão de desigualdades. Por que? Porque quem cuida são as mulheres, na sua grande maioria. Claro que temos vários homens cuidando, mas se olharmos na sociedade como um todo, são as mulheres que cuidam. E mais ainda, quem está nas funções de cuidados são as mulheres negras. Então aqui a gente traz uma cadeia de desigualdades. E se você olhar mais ainda, quem está na função de cuidados são as mulheres pobres. A função do cuidado é uma função que, quando remunerada, muito mal remunerada. Isso porque muitas das mulheres,

principalmente as mulheres negras, não podem estar no mercado de trabalho porque recai a elas o cuidado. E o cuidado é uma base para que a sociedade funcione. A gente tem algumas economistas que mensuraram o valor gerado pelo cuidado para nossa sociedade. E são trilhões de dólares, estou falando de forma global. O cuidado é uma função invisível, mas é a função que estrutura todas as outras funções produtivas. Como alguém vai sair para trabalhar com uma roupa suja? Alguém teve que ter o cuidado de lavar essa roupa. Como alguém sai para trabalhar sem ter se alimentado, fazer comida? Então o trabalho do cuidado é um trabalho que estrutura a sociedade, porém ele é invisibilizado porque historicamente foi feito por mulheres, mulheres negras. Porque as brancas acabaram saindo, não todas, mas a maioria saiu para o mercado de trabalho e as negras ficaram com o trabalho remunerado, muitas vezes também não remunerado, de cuidado dos lares das mulheres brancas. Então a gente tem ali o centro das desigualdades do país. Esse é um tema fundamental se a gente quer mudar a estrutura social. Se a gente quer acabar com a pobreza, a gente tem que inserir essa população, inserir as mulheres que cuidam no mercado e inserir nessa discussão social, para assim a gente distribuir. Então cuidar é a gente olhar o cuidado, discutir novas formas de cuidar e redistribuir o cuidado na sociedade, e uma forma de redistribuir também a renda na sociedade. E é isso que a gente faz com esse Plano Nacional do Cuidado, a gente constroi ele em parceria com os Ministérios, a gente apoia a construção, metodologicamente, nos diálogos e nas discussões.

“ É isso que a gente vem fazendo, formando servidores públicos para fazer uma atuação qualificada, baseada em evidências, para gerar essa transformação social”



Betânia Lemos na 10ª Semana de Inovação

GPD: Que marca você identifica que a Enap já deixou ao longo desses 10 anos de Semana da Inovação e qual será a marca a partir da décima edição, em que temos a entrega de uma política pública tão necessária e inédita no país?

BL: Bom, em 2016 a Enap criou o GNova, que foi o primeiro laboratório de inovação do Poder Executivo Federal. Com esse laboratório, a gente trouxe o tema da inovação para dentro da administração pública. A partir do GNova, a gente impulsionou a criação de diversos laboratórios de inovação dentro do governo federal, nos governos estaduais, nos governos municipais. A gente gere a rede InovaGov, que é uma rede de inovadores na gestão pública. Temos então vários laboratórios que foram gestados e impulsionados pelo GNova ao longo

desses anos e a Semana de Inovação é onde todo esse ecossistema de inovação que a gente vem trabalhando em governo se une para mostrar o seu trabalho, para mostrar o que está sendo feito e para discutir temas importantes. Estamos na décima edição, uma edição muito especial por ser a décima e por trazer esse tema do cuidado, que é um tema tão importante. O legado então que a gente deixou no Poder Executivo é o legado que a gente precisa transformar porque a sociedade se transformou. A gente não vive mais como a gente vivia há cinquenta anos atrás ou até menos. Há muito pouco tempo atrás a gente não tinha WhatsApp, a gente não tinha Google. Hoje a gente não consegue imaginar a vida sem essas novas ferramentas, então a sociedade está mudando a forma que ela se relaciona, as famílias estão mudando a forma que se relacionam, diminuindo



de tamanho e o estado tem que se inserir nessa mudança. A inovação vem trazer o estado para mais próximo da sociedade, para mais próximo da população, para melhorar a forma como ele serve a população, que é para isso que a administração pública existe, para servir as pessoas do nosso país. E a inovação vem fazer com que a gente consiga servir de uma maneira melhor, mais eficiente, mais eficaz a nossa população.

GPD: A senhora defende a aproximação da administração pública da população e nós temos um senso comum equivocado e impulsionado na sociedade de que a máquina pública é muito pesada, gasta muito e devolve pouco. Nesse sentido, no trabalho de capacitação do servidor, de criação e gestão de políticas públicas, a Enap se responsabiliza de alguma forma pelo papel de educar de forma cidadã e de trazer a participação popular para mais perto?

BL: Sem dúvida. Essa narrativa é criada por essa parcela da população que sempre dominou o estado e quando ela começou a ver o estado compartilhando seus serviços e servindo outras parcelas da população – não deixou de servir essa mas começou a servir outras –, começaram a criar essas narrativas de destruição do estado, de que o estado é ruim. Uma narrativa para destruir o único mecanismo social que a população tem de mudar a realidade da sociedade brasileira. Então essa é uma narrativa equivocada, falsa e intencional para destruir a forma que o cidadão tem de mudar a sua realidade e a sua existência, para que a gente diminua essa desigualdade e para que a gente tenha um Brasil com oportunidades para todos. A Enap forma os servidores públicos para servir a população, então ela traz em voga essa consciência e traz a comunidade para junto da gente. A Enap tem um programa, por exemplo, na área de inovação cidadã, o Click. Nesse programa a gente junta órgãos do governo federal, do governo municipal ou estadual, os servidores públicos e a população beneficiária. A gente fez uma primeira rodada ano passado e esse ano com resultados maravilhosos, junto com o

“ A inovação vem trazer o Estado para mais próximo da sociedade a fim de melhorar a forma como ele serve à população, afinal, é para isso que a administração pública existe: para servir as pessoas do nosso País. E a inovação vem fazer com que a gente consiga servir de uma maneira melhor, mais eficiente, e mais eficaz”

Ministério de Desenvolvimento Social para a gente melhorar ainda mais o Cadastro Único, que é a porta de entrada dos programas sociais. Então a gente cria metodologias para trazer a população para a participação social, para ela estar junto com o estado e assim a gente ajuda a criar a consciência da importância do estado.

GPD: Esse momento é propício para essa mudança de mentalidade, uma vez que a inteligência artificial e as novas tecnologias oportunizam essa aproximação, principalmente da gestão federal?

BL: Eu acho que para o cidadão, para as pessoas no dia a dia, pouco importa de onde vem o serviço público, a administração pública é uma coisa só, nós somos federativos. Como a gente está numa organização federativa, não importa se é um programa federal, estadual ou municipal. O que importa é fazer o serviço chegar para a população, é quem está doente ter uma UBS para ser atendido com dignidade, quem tem criança ter uma escola pública de qualidade para colocar seu filho. Isso é a entrega da política pública. Como o estado se organiza

para chegar lá, com a nossa divisão federativa, acho que sim os servidores tem que parar, pensar e ver a melhor forma. E a inteligência artificial ajuda a racionalizar o serviço, pode ajudar a trazer esse serviço para mais próximo da população. Veja a inovação do GovBR, traz tanto serviço em um lugar só e facilitou a vida de todos nós. Aqui estou colocando meu chapéu de cidadã brasileira. Então é uma amostra de como um serviço de digitalização de governo bem feito pode aproximar o governo da sociedade. E aí a inteligência artificial ajuda muito, afinal de contas hoje a gente escolhe o filme que a gente vai ver por meio da inteligência artificial que faz o algoritmo e nos mostra os filmes. A gente escolhe as ruas que a gente vai passar por meio de aplicativos com inteligência artificial que veem onde são os melhores caminhos. E o governo ele tem que se modernizar para esse lado e entregar os serviços ao cidadão no melhor caminho possível, com menos esforço e é essa a ideia da inteligência artificial. E a Enap atua muito nesse tema. Aqui na Semana de Inovação a gente lançou o LIIA, que é o Laboratório de Inovação em Inteligência Artificial. A Enap coordena, mas é um conjunto de diversos órgãos públicos, privados e sociedade civil onde a gente reúne vários especialistas e todas as pessoas que estão pensando em como transformar o serviço público com a inteligência artificial. A gente traz isso para o laboratório e esse laboratório vai gestar e identificar soluções junto com órgãos públicos, setor privado, startup's, que possam ser resolvidos com a ajuda da inteligência artificial.

GPD: Aqui se resalta bastante a importância da rede colaborativa na gestão pública, com bastante dedicação da Enap na criação de parcerias para a inovação. Em quais outras parcerias a Enap tem se dedicado?

BL: É um direcionamento do presidente Lula reforçar o pacto federativo e trabalhar com os estados e os municípios. Então o MGI e a Enap, no ano passado, assinaram um acordo de cooperação técnica com o Consad. A gente atua junto com o Consad e a Enap participa ativamente do GT de Escolas de Governo do Consad. Junto com esse

Foto: Bell Vianova



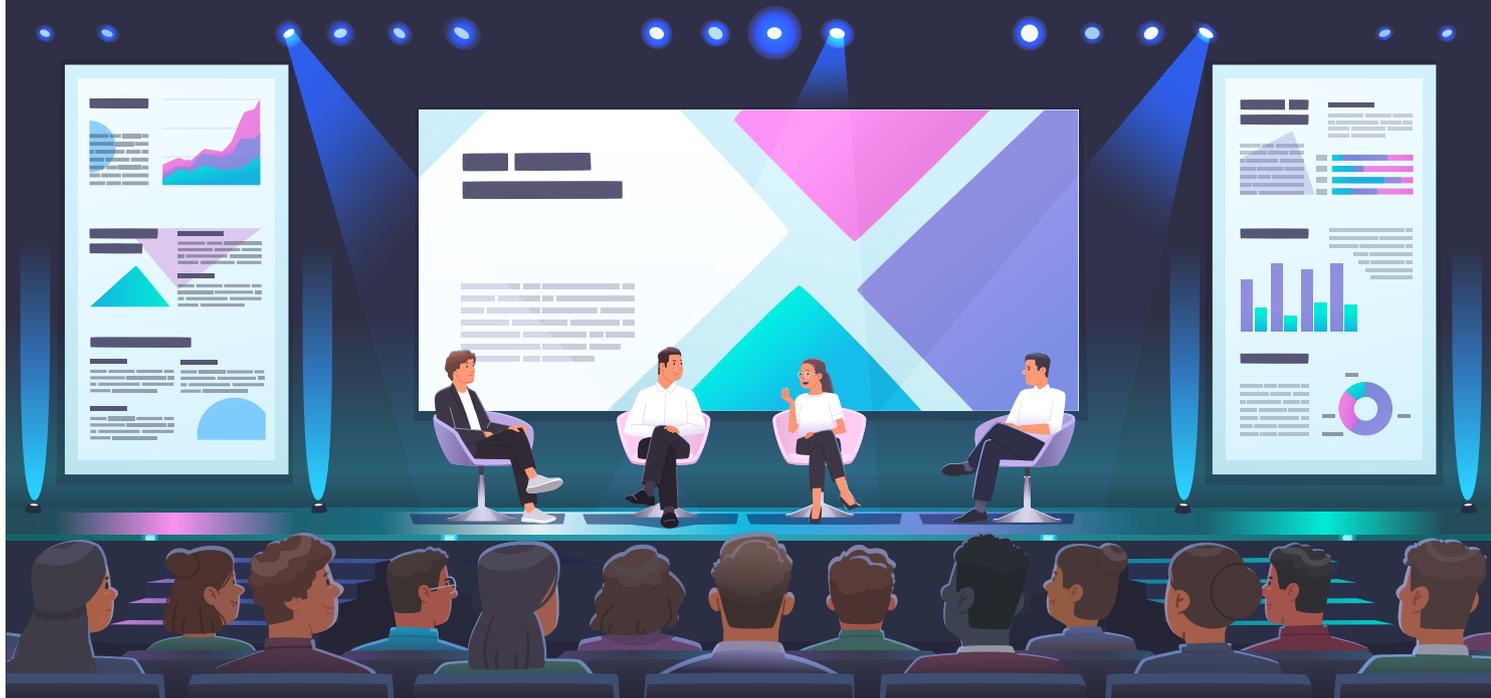
PARCERIA ENTRE ENAP E CONSAD OFERECE 38 MIL LICENÇAS PARA CURSOS EM TECNOLOGIA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

grupo a gente gesta soluções e cria formas de atuação conjunta para promover cada vez mais a melhoria da educação dos servidores públicos em todas as esferas. Nesse sentido, temos muitas novidades. A gente tem uma parceria para inteligência artificial que a gente acabou de citar. Já temos várias empresas parceiras, grandes empresas de tecnologia donas das inteligências artificiais. A gente tem parceria para oferecer cursos para servidores públicos. Nessa parceria, a Enap assinou com o Google, por exemplo, a entrega de 35 mil licenças de certificações que eles têm na área tecnológica para fazer essa transformação digital do estado. E a gente já está trabalhando junto com o Consad, tanto com o GT de Escolas de Governo, como o GT de Transformação Digital, para a distribuição dessas 35 mil licenças que serão usadas por servidores dos estados ou dos municípios que compõem o estado e essa distribuição é feita via Consad. É uma parceria muito frutífera e que vai formar muitos servidores Brasil a fora e a gente espera que ajude e contribua para a transformação do serviço público, a transformação digital. E, além dessas, muitas outras estão aí em conversa para serem lançadas. ●



O futuro do setor público em debate

Seminário “O setor público em transformação”, promovido pela Folha de S. Paulo e pelo movimento pessoas à Frente, discute diversidade, liderança e modernização no serviço público



● Danielle Veloso

No dia 11 de novembro, o grupo de comunicação Folha de S. Paulo e o Movimento Pessoas à Frente, promoveram o seminário “O Setor Público em Transformação”. O evento aconteceu no auditório da sede do jornal, em São Paulo, e foi transmitido pelo canal da Folha no YouTube.

A atividade foi dividida em duas mesas, sendo a primeira, uma painel em que se discutiu a democracia e a diversidade no serviço público, com temas, como a lei de cotas e a liderança feminina. Contou com a participação de Márcia Lima, secretária Nacional do Ministério da Igualdade Racial; Neca Setubal, presidente da Fundação Tide Setubal; Alessandra Benedito, vice-presidente de Equidade Racial da Fundação Lemann; e a deputada federal Carol Dartora (PT-PR).

Na segunda mesa de debate, o tema abordado foi a modernização dos mecanismos de atração e seleção dos concursos públicos, contratos temporários, carreiras e o programa de gestão de desempenho com a participação de Roberto Pojo, secretário de Gestão e Inovação, que representou a ministra Esther Dweck, do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI); Vera Monteiro, professora e pesquisadora da FGV; deputado federal Duarte Júnior (PSB-MA); e Elizabeth Hernandez, presidente da Associação Nacional dos Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Anesp).

Pojo provocou uma reflexão sobre a importância da burocracia no serviço público sob a ótica da previsibilidade de acesso do cidadão aos serviços públicos. “Fomos acostumados a olhar para a burocracia do ponto de vista disfuncional e não a partir de sua essência, que é a de trazer previsibilidade para o funcionamento e acesso ao serviço público. Costumamos também, quando se trata de transformação do Estado, apresentar simplificações, mas essa mudança não vai ser feita por um pacote de ações ou uma PEC [Proposta de Emenda Constitucional], e sim, diariamente, aos

Foto: Kelly Fersen



SECRETÁRIO DE GESTÃO E INOVAÇÃO, ROBERTO POJO, NO SEMINÁRIO O SETOR PÚBLICO EM TRANSFORMAÇÃO

poucos, com resiliência, e estabilidade de funcionamento”, destacou.

O secretário também defendeu a estabilidade no serviço público. “No Brasil, não vejo outra forma de melhor servir sem o instrumento da estabilidade, mas a estabilidade do servidor não deve ser absoluta, como um ato de proteção perpétuo, independentemente de seu desempenho profissional. De fato, temos de trazer ao serviço público o conceito de entrega, de atendimento e de satisfação do cliente, que no nosso caso são as cidadãs e os cidadãos brasileiros”, defendeu o secretário.

Para disputar a narrativa negativa do cidadão comum em relação à prestação do serviço público, Pojo entende que é preciso enfatizar a facilidade e a garantia de acesso ao serviço, além de cada vez mais investir na digitalização dos serviços para modernizar sua acessibilidade. O que tem sido prioridade para o MGI. O seminário foi acompanhado por representantes do governo federal e por representantes de entidades sindicais e do terceiro setor. ●



Novas formas de cuidar

A 10ª Semana de Inovação da Enap destacou o cuidado como uma política pública essencial para combater desigualdades e promover transformações sociais no Brasil



● **Danielle Veloso**

Pioneira em inovação no serviço público, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) realizou, nos dias 29, 30 e 31 de outubro deste ano, a 10ª Semana de Inovação. Considerado o maior evento de inovação pública da América Latina, o evento teve como centralidade a urgência na construção de uma Política Nacional de Cuidados para o Brasil. Com o tema “Novas Formas de Cuidar”, o evento promoveu reflexões sobre a construção de políticas públicas e inovações no governo federal a serviço do cuidado.

Organizado pela Enap, em parceria com o Ministério da Gestão e Inovação (MGI), Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), Ministério das Mulheres (MMulheres), Tribunal de Contas da União (TCU) e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil), o evento, que, desde 2015, e tem cumprido seu papel fundamental de apresentar

tendências e possibilidades para a transformação das organizações públicas, dedicou mais de 600 horas de programação com mais de 400 atividades dedicadas ao tema.

Foram três dias de oficinas, exposições, debates, palestras e premiações que celebram redes colaborativas de inovação para o serviço público com centralidade na construção de políticas públicas que promovam cuidado e combatam desigualdades que estruturam a sociedade brasileira. Além da vasta diversidade de formas de cuidado abordadas em toda a programação, a 10ª Semana da Inovação foi o palco do lançamento do Laboratório de Inovação em Inteligência Artificial (LIIA) do governo federal.

O LIIA é mais uma iniciativa pioneira que acontece, paralelamente, à criação da Política Brasileira de Inteligência Artificial (PBIA), liderada pela Enap e pelo MGI. A **Revista Gestão Pública e Desenvolvimento** acompanhou toda a programação e destaca, nesta edição especial, uma síntese do que foi o maior evento de inovação no setor público da América Latina.



Foto: Ailes Photos

Abertura da 10ª Semana de Inovação da Escola Nacional de Administração Pública (Enap)



Brasil que cuida é a centralidade da 10ª Semana de Inovação 2024

A cerimônia oficial de abertura da 10ª Semana de Inovação 2024 “Novas Formas de Cuidar”, aconteceu no fim do primeiro dia de evento e foi conduzida pela presidenta da Enap, Betânia Lemos, diretamente do palco principal intitulado “Brasil que Cuida”. No palco estavam também as entidades parceiras Ministérios da Gestão e Inovação (MGI), do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), das Mulheres (MMulheres), Tribunal de Contas da União (TCU) e Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil).

Durante a cerimônia, Betânia exaltou a parceria das entidades na construção da décima edição da Semana da Inovação e da Política Nacional de Cuidados. A presidenta destacou a centralidade do tema desta edição. “Cuidar é um tema que tem de ser discutido não somente pelas mulheres, mas por toda a sociedade, porque é o trabalho do cuidado que oferece suporte e estruturação para que todos os outros trabalhos ocorram. Sem esse trabalho, a gente não tem como ter uma sociedade e uma economia que funcionem. Por isso esse tema é tão caro para nós”, defendeu Betânia.

Segundo a presidenta da Enap, o evento é um dos ápices do trabalho que vem sendo realizado desde o ano passado, com os ministérios, que também foi responsável por entregar a inédita Política Nacional de Cuidados do Brasil. Ela ressaltou a importância de o Estado assumir para si a responsabilidade de liderar a busca pelas soluções inovadoras a respeito do tema. “Essa discussão precisa sair das famílias porque nessa nova transição elas já não dão conta sozinhas. Esse cuidado precisa ser compartilhado

pelo Estado, pelas empresas e pelo mercado e pelas organizações do terceiro setor”, afirmou.

Ao exaltar a parceria histórica do TCU na organização da Semana de Inovação, Adriano Amorim, diretor-geral do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), lembrou que nem sempre a inovação está ligada à tecnologia e à gestão. “Talvez a inovação esteja mais próxima de nós do que a imaginamos. Inovação está, inclusive, em a gente cuidar do cuidado. Acho que essa forma de ver a inovação é também uma inovação”, definiu Amorim. Ele disse que é necessário incluir os órgãos de controle no que denominou ecossistema de cuidado. “Órgãos

de controle podem ser um grande catalisador, viabilizador e potencializador da eficiência dessas políticas públicas”, completou.

Rosane da Silva, secretária de Autonomia Econômica e Política dos Cuidados do Ministério das Mulheres, caracterizou como desafio do GTI-Cuidados, grupo de trabalho interministerial formado com a finalidade de definir a Política e o Plano Nacional de Cuidados, a tarefa de trazer o tema para a centralidade da agenda política e econômica do País. Para a representante do Ministério das Mulheres, é fundamental que o cuidado seja assumido como uma pauta de Estado. “O Estado brasileiro está trazendo para si essa responsabilidade de pensar, formular e apresentar para a sociedade brasileira uma política e um plano de cuidados porque a gente sabe que o cuidado é historicamente realizado nas nossas casas por nós mulheres, principalmente pelas mulheres pobres, negras e que vivem nas grandes periferias do nosso país.” enfatizou Rosane.

Segundo a presidenta da Enap, o evento é um dos ápices do trabalho que vem sendo realizado desde o ano passado, com os ministérios, que também foi responsável por entregar a inédita Política Nacional de Cuidados do Brasil

“ Cuidar é um tema que tem de ser discutido não somente pelas mulheres, mas por toda a sociedade, porque é o trabalho do cuidado que oferece suporte e estruturação para que todos os outros trabalhos ocorram”

Betânia Lemos, presidenta do Enap



Divulgação

Laís Abramo, secretária Nacional de Cuidados e Família do MDS também demarcou a necessidade de construção de políticas públicas que promovam cuidado, equidade de gênero e tirem da invisibilidade o trabalho do cuidado. “Estamos diante de um momento na sociedade que requer do Estado respostas urgentes. A organização social dos cuidados, no Brasil, é injusta, desigual e insustentável, uma vez que coloca sobre as famílias, e em particular sobre as mulheres, a responsabilidade principal pela previsão dos cuidados”, defendeu Abramo. Conforme a secretária, a Política Nacional de Cuidados e a corresponsabilização de toda a sociedade nessa questão vai ajudar a enfrentar as barreiras que impedem e limitam a participação das mulheres no mercado de trabalho e, inclusive, na política.

Em concordância com os demais presentes, Cristina Mori, secretária-executiva do MGI, salientou que o governo federal tem respondido de maneira cada vez mais rápida e eficiente aos desafios colocados neste momento histórico e que a Semana da Inovação é um encontro com capacidade de transformação e de fazer emergir o novo, como o tema do cuidado. Cristina defendeu também a participação do MGI na construção dessa inovação de políticas públicas de cuidados. “O tema deste ano é fundamental. O MGI foi criado para fortalecer as capacidades do Estado para promover a transformação. Porém, transformar para quê? Aqui temos um debate real que precisa ser feito globalmente, como o cuidado em suas múltiplas dimensões”, reiterou a secretária-executiva.

A Política Nacional de Cuidados e a corresponsabilização de toda a sociedade nessa questão vai ajudar a enfrentar as barreiras que impedem e limitam a participação das mulheres no mercado de trabalho e, inclusive, na política

**CONTEXTO**

Economia do cuidado: trabalho feminino, negro e invisível

Não há consenso sobre quem cunhou o termo Economia do Cuidado, contudo, as primeiras pesquisas sobre “Care Economy”, tradução para o inglês, são registradas por volta dos anos 1970, na discussão sobre o trabalho doméstico e a relação do capitalismo com a divisão sexual do trabalho por gênero. Nos anos 1980, pesquisadoras na Inglaterra, nos Estados Unidos e, posteriormente, na França também se dedicaram ao tema. Em 1993, a pesquisadora norte-americana Joan Tronto publicou sobre responsabilidade relacional e ética do cuidado e definiu economia do cuidado como todo o trabalho, remunerado ou não, que visa a melhoria da vida de outras pessoas.

Destaca-se, neste tema, a célebre frase da filósofa italiana Silvia Federici, “o que eles chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago”. A frase ilustra o lançamento internacional da campanha “Wages For Houseworks” (Salários para Trabalho Doméstico), nos anos 1970, que exigia do Estado nacional o reconhecimento do trabalho doméstico como uma atividade a ser remunerada e essencial para a produção da força de trabalho.

Importante demarcar ainda que no ano passado, o Nobel de Economia premiou as pesquisas de Claudia Goldin – professora da Universidade Harvard, codiretora do Grupo de Estudos de Gênero na Economia do NBER (sigla em inglês de Bureau Nacional de Pesquisa Econômica Nacional) e terceira mulher a ser premiada com o Nobel de Economia – sobre a relação da organização do núcleo familiar com a participação feminina no mercado de trabalho e a desigualdade salarial de gênero.

No Brasil, estudos e pesquisas também se dedicaram a pesquisar a relação entre economia e feminismo. Ainda, é nas artes que o quadro de desigualdade estruturado na invisibilidade da economia do cuidado ganha sua versão mais fiel. Uma das obras literárias nacionais mais importantes da história, “Quarto de Despejo”, é uma autobiografia de Maria Carolina de Jesus, que retrata a desigualdade social enfrentada por uma mulher negra, favelada e mãe-solo.

No cinema, o filme “Que horas ela volta?”, de Ana Muylaert, de 2015, e protagonizado pela atriz Regina Casé, retrata o drama das trabalhadoras domésticas que se submetem a cuidar de outras famílias em



NO ANO PASSADO, O NOBEL DE ECONOMIA RECONHECEU CLAUDIA GOLDIN, DE HARVARD, POR SUAS PESQUISAS SOBRE COMO A ORGANIZAÇÃO FAMILIAR INFLUENCIA A PARTICIPAÇÃO FEMININA NO TRABALHO E A DESIGUALDADE SALARIAL DE GÊNERO



Divulgação

LAÍS ABRAMO, SECRETÁRIA DA SECRETARIA NACIONAL DE CUIDADOS E FAMÍLIA DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E COMBATE À FOME (MDS) NA 10ª SEMANA DE INOVAÇÃO DA ENAP

detrimento das suas. Na ciência, a economista Maria Conceição Tavares (1930-2024) expôs as fraturas estruturais derivadas do passado colonialista e escravocrata presentes no Brasil quando defendeu a ideia de que não há desenvolvimento sem justiça social.

Os debates acerca da economia do cuidado se globalizaram a partir dos anos 2000 quando entram na agenda política da Organização das Nações Unidas (ONU) e, talvez, estejam vivendo seu ápice agora, em meados da década de 20 dos anos 2000. A partir daí, é possível demarcar, em números, a importância do tema. Segundo estimativas da confederação Oxfam International, mulheres e meninas em todo o mundo dedicam 12,5 bilhões de horas, todos os dias, ao trabalho de cuidado não remunerado e que o valor desse trabalho é de US\$ 10,8 trilhões por ano, o que equivaleria ao Produto Interno Bruto (PIB) da quarta maior economia do mundo.

No Brasil, o trabalho do cuidado tem gênero e raça. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), de 2022, indica que, no Brasil, 98% da mão de obra doméstica são mulheres e, 75% das trabalhadoras domésticas, estão na informalidade. Dessas, 67,3% das trabalhadoras domésticas são negras, a maioria está acima dos 40 anos e tem renda

média inferior a um salário mínimo. Cerca de 25% da população empregada está envolvida no setor do cuidado, que representa 11% do PIB nacional.

Um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que 2,5 milhões de mulheres, com idade entre 15 e 29 anos, não buscaram trabalho no ano 2022 porque precisaram cuidar de parentes ou de tarefas domésticas ou apontaram esse motivo como impeditivo. A maior parte delas é negra. Por fazer parte da realidade social da juventude feminina, negra e periférica e de toda a sociedade brasileira, o trabalho do cuidado também foi tema do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2023.

POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS

Laís Abramo, secretária da Secretaria Nacional de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), disse que, ainda durante o Governo de Transição, o Governo Lula 3 definiu o cuidado como tema prioritário para a gestão. “É a primeira vez que o tema de uma política nacional integrada de cuidados aparece na agenda pública”, pontuou Laís durante entrevista para a **RGPD**.

O tema foi discutido desde o momento de transição para essa gestão. “Como resultado dessa prioridade outorgada pelo presidente Lula, foram criadas duas novas secretarias nacionais, uma no Ministério do Desenvolvimento Social, a Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família, e, outra, no Ministério das Mulheres, a Secretaria



Foto: Ricardo Stuckert/PR

O PRESIDENTE LULA, MINISTROS E PARLAMENTARES DURANTE EVENTO PARA MARCAR O ENVIO AO CONGRESSO DO PROJETO DE LEI DA POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS

Nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidado”, explicou.

Em seguida, em maio de 2023, o governo federal instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial Cuidados (GTI-Cuidados), coordenado, conjuntamente, pelas duas secretarias e formado pelos 20 ministérios, pela Enap, por outras instituições, como ONU Mulheres, Fundação Friedrich Ebert (FES), Open Society Foundation e Universidade de Brasília (UnB). A formulação da Política Nacional de Cuidados e do Plano Nacional de Cuidados foram os objetivos da criação do GTI-Cuidados.

Laís disse que, até então, o contexto do Brasil era de atraso com relação ao tema. “Diversos países da América Latina vêm avançando na construção de

sistemas de políticas nacionais de cuidados desde pelo menos 2015. A primeira experiência mais integrada é a do Uruguai. De 2015 até 2023 diversos outros países da América Latina começaram a avançar nesse sentido também, como, por exemplo, México, Argentina, Chile e República Dominicana”.

O contexto internacional inspirou, concretamente, os trabalhos do GTI, conforme os relatos da Mariana Mazzini, coordenadora-geral de Gestão da Informação da Secretaria Nacional da Política de Cuidados e Família. Mariana uniu sua dedicação de anos ao tema com suas atribuições no MDS e se inscreveu no programa Cátedras da Enap para realizar uma pesquisa sobre o tema.

“O *timing* [tempo/momento certo] era perfeito, era exatamente o momento em que a gente estava discutindo o desenho da política. Então precisávamos olhar para como pensar o delineamento de objetivo, de metas, de estrutura de governança e a Cátedras permitiu esse mergulho paralelo à própria secretaria”, relatou Mariana.

Segundo ela, realizar a pesquisa das experiências sobre a América Latina e Caribe concomitante aos trabalhos realizados pelo GTI, permitiu responder

mais rapidamente a questões que surgiram. “A gente também usava isso para se aprofundar, então bom, a gente está com dificuldade de trabalhar a transversalidade, então vamos voltar um pouquinho para ver como o Uruguai, a República Dominicana, a Costa Rica, como essas questões foram resolvidas”, detalhou Mazzini.

A partir daí, até maio de 2024, foi elaborado o Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados, com objetivo de garantir o acesso a cuidados de qualidade, o trabalho decente para quem cuida e a redução da sobrecarga de trabalho para quem cuida de forma não remunerada. A política define como públicos prioritários: crianças e adolescentes, pessoas idosas, pessoas com deficiência, trabalhadores remunerados e não remunerados do cuidado.

Em julho de 2024, o Projeto de Lei sobre a Política Nacional de Cuidados (PL 2764/24) foi enviado pela Presidência da República ao Congresso Nacional com mensagem assinada pelo presidente Lula, que exige um prazo para que o Legislativo realize a tramitação do projeto. Não é à toa que a deputada federal Benedita da Silva (PT/RJ) foi escolhida como relatora. Benedita foi a autora da PEC das Domésticas, lei que completou 10 anos, em 2023, e conferiu direitos



Divulgação

trabalhistas importantes a um dos públicos-alvo da Política Nacional de Cuidados.

“As novas configurações familiares, somadas às exigências do mercado de trabalho, exigem que as políticas públicas sejam repensadas para incluir formas inovadoras de prestação de cuidados, garantindo que as necessidades de cuidado sejam adequadamente atendidas em todas as etapas da vida”, afirmou Benedita, no momento em que o projeto estava em apreciação no Plenário da Câmara dos Deputados.

A parlamentar apresentou um substitutivo aprovado em 12 de novembro. O projeto foi enviado ao Senado Federal. Caso seja aprovado sem alterações no substitutivo da deputada Benedita, pode ser sancionado ainda em 2024. Ainda neste ano, o governo federal também pretende lançar o Plano Nacional de Cuidados, que vai completar o projeto aprovado com ações mais concretas. ●

“As novas configurações familiares, somadas às exigências do mercado de trabalho, exigem que as políticas públicas sejam repensadas para incluir formas inovadoras de prestação de cuidados, garantindo que as necessidades de cuidado sejam adequadamente atendidas em todas as etapas da vida”

Benedita da Silva, deputada federal



Trabalho doméstico remunerado e a realidade das diaristas

Pesquisadora e professora da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Juliana Cristina Teixeira, traçou panorama e apresentou dados para uma agenda positiva para as domésticas do Brasil em palestra na Semana de Inovação da Enap



● **Danielle Veloso**

A situação das domésticas remuneradas, no Brasil, foi descrita na palestra intitulada “E as diaristas? Agendas para a dignidade do trabalho doméstico remunerado e sem vínculo empregatício”, de Juliana Cristina Teixeira, da pesquisadora, docente da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e autora de vários livros.

Em sua fala, na 10ª Semana de Inovação da Enap, a pesquisadora abordou as raízes escravistas do trabalho doméstico, dados e depoimentos de casos reais sobre a situação de precariedade enfrentada no cotidiano das diaristas brasileiras.

A pesquisadora, que tem 12 anos de atuação no tema sobre cuidados, destacou a associação histórica do trabalho doméstico ao afeto, mesmo de maneira contraditória, trazendo relatos das situações vividas pelas trabalhadoras domésticas em suas relações com os patrões. “A gente demorou muito para falar sobre o cuidado, e essa demora tem uma raiz escravista, tem uma dimensão de gênero bastante marcada. É

algo que não será historicamente reconhecido como trabalho”, analisou Juliana.

Para explicar o contexto das trabalhadoras domésticas no Brasil, Juliana rememora e exemplifica com o tempo da escravidão, das relações sexuais não consentidas e de todo tipo de assédio. Segundo ela, os fatos históricos indicam que as trabalhadoras assalariadas mensalistas, vivem, hoje, no “quartinho da empregada”, sob o mito do afeto, consideradas “quase da família” e ainda sexualizadas. Chega o momento das mensalistas não residentes, com relações de trabalho assalariadas, mas não menos precárias.

“Estou mostrando essas fases, que no livro detalho um pouco mais. Porém, é importante dizer que não são fases estanques, elas não se sucederam completamente, uma não deixou de existir seguida da outra. Estou falando de tendências históricas que acompanhamos”, alertou ela. Ela apresentou dados de pesquisas que demonstram que as mulheres, assalariadas ou não, ainda são maioria entre os números da pobreza e má qualidade de vida no País. Além



Juliana Cristina Teixeira, pesquisadora, docente da UFES e autora do livro “Trabalho Doméstico”, da coleção Feminismos Plurais

Divulgação



disso, registrou agendas importantes no combate a essa realidade da falta de cuidado com a categoria.

RETRATO DE FAMÍLIA

Durante sua palestra, Juliana mostrou uma foto com sua mãe no local de trabalho. O retrato de 1994 é um dos poucos registros de sua infância, feito pelo padrão da sua mãe. O cenário, a área de serviço da casa. “Não importa se em 1994 ou 2024, a gente costuma procurar um lugar bonitinho para tirar foto, mas essa família tirou o único registro que eu tenho com a minha mãe nessa idade, na área de serviço. Se a gente fosse pegar uma tríade de raça, gênero e classe no Brasil, eu estaria confinada a essa área de serviço, sem nenhum demérito ao trabalho que é realizado nessa área de serviço, mas o destino das filhas das trabalhadoras domésticas era também ser trabalhadora doméstica”, declarou a professora.

No entanto, Juliana contrariou destino, rompeu o círculo vicioso imposto às meninas e mulheres negras e alcançou a formação completa em administração, com graduação pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ/MG); mestrado pela Universidade Federal de Lavras (UFLA/MG) e, doutorado, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Além de docente

na UFES, ela foi professora na UFSJ e é palestrante e consultora na área de DE&I (Diversidade, Equidade e Inclusão).

Na Enap, já foi colaboradora nos cursos Premium de Liderança Pública para Altos Executivos e Liderança para Mulheres Negras no Serviço Público, além de ter lecionado no Programa de Formação de Lideranças no Serviço Público. Sua palestra tem como base o livro “Trabalho doméstico”, de sua autoria. A publicação integra a coleção “Feminismos Plurais”, organizada pela escritora Djamilia Ribeiro. ●

MULHERES NEGRAS SÃO A MAIORIA DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS

O trabalho doméstico é o setor que mais emprega mulheres no País

A Pesquisa Nacional de por Amostra por Domicílio (PNAD), de dezembro de 2023, há, no Brasil, 6,08 milhões de empregados domésticos, em que 92% são mulheres e, 61,5%, são negras, com idade entre 45 e 59 anos (42%) e escolaridade inferior ao Ensino Médio completo (63%). A informalidade predomina no setor com 75% sem Carteira de Trabalho assinada. Das que possuem registro em Carteira, a renda média, em 2022, foi de R\$1.480 ao mês, enquanto as que não possuem registro tiveram um rendimento mensal de R\$ 907 no mesmo período. Menos da metade contribui para a Previdência Social.

Fonte: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/trabalhoDomestico.html>



Foto: Thelita Sousa

Juliana Teixeira emocionou o público da 10ª Semana de Inovação com seu relato pessoal

E quem cuida das cuidadoras?

Pesquisadora Raquel Leite faz reflexão sobre regulamentação do trabalho do cuidado e relação com obra de Carolina Maria de Jesus

A partir de sua experiência como cuidadora de sua irmã, recém-diagnosticada com esclerose múltipla, a pesquisadora Raquel Leite trouxe para a Semana da Inovação 2024, suas reflexões contidas no livro “As cuidadoras na sala de visita”. Seu trabalho de pesquisa científica e empírica, sob o olhar da racialização, rendeu análises e conclusões precisas sobre o cuidado e os direitos das cuidadoras. Sua palestra, intitulada “A interseccionalidade de gênero e raça no trabalho do cuidado”, instigou o público atento da 10ª Semana de Inovação rumo à compreensão da história do Direito do Trabalho no Brasil e o silêncio sobre relações raciais.

Ainda nesse contexto, a pesquisadora relacionou a regulamentação jurídica do trabalho do cuidado à luz da trilogia da autora Maria Carolina de Jesus, especificamente, a partir de “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, publicado em 1960, e que se tornou uma das obras literárias mais importantes do Brasil. “Qual é essa coletividade que busca entender o trabalho do cuidado? É uma que se baseia no

pacto narcisista de uma branquitude que tangencia as mulheres negras e que as mantém no quarto de despejo”, ressaltou a palestrante.

A evolução da legislação trabalhista neste tema ficou demarcada com conquistas históricas da categoria, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) das Domésticas, aprovada em 2013. E ressaltou a importância de mais avanços a serem conquistados dentro da agenda do trabalho decente para as cuidadoras. “A Lei Complementar foi importantíssima, mas perdeu uma grande oportunidade de avançar na proteção do trabalho doméstico a partir da sua valorização: valorização social e valorização moral, regulamentando os diversos tipos de trabalho doméstico de cuidado”, criticou Raquel Leite. ●



Divulgação

Raquel Leite, autora do livro “As cuidadoras na sala de visita”



Oficina provoca reflexão sobre a equidade de gênero e raça no setor público

A partir de três cenários fictícios, expostos em três vídeos, o trabalho do cuidado e as relações de trabalho no setor público se confrontam



Participantes da 10ª Semana de Inovação:
"Novas Formas de Cuidar"

● **Danielle Veloso**

Uma servidora se ausenta com frequência para cuidar do filho autista e dos pais. Outra servidora negra tem suas demandas sobre racismo minimizadas no atendimento psicológico no órgão em que trabalha. Por fim, um servidor homossexual idoso, ao adoecer, precisa lidar com o abandono familiar e passa a necessitar do suporte dos seus colegas de trabalho.

A partir daí, três grupos foram formados pelos participantes para uma mesa de debate em que registraram suas experiências, comparando suas realidades com as histórias fictícias. Após o debate, propostas foram levantadas em busca de ações e boas práticas institucionais para colaborar com a construção de um ambiente menos hostil em relação ao direito ao cuidado.

O primeiro grupo, “direito a cuidar – licença para cuidar de ascendentes e descendentes”, apontou

duas reflexões. A primeira, que o homem não tem, na sua essência, a questão do cuidar, por isso replicam essa característica no seus meios sociais. A segunda reflexão foi no sentido da necessidade de mudança de legislação para atender às necessidades individualizadas dos servidores.

Com o título “O direito a ser cuidado – acesso à saúde para o envelhecimento saudável da população

Secretária Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência do MDHC, Anna Paula Feminella; fundadora do Instituto Caue e integrante do coletivo feminista Hellen Keller, Mariana Rosa; e a psicóloga social e pesquisadora do Instituto Caue, Karla Garcia Luz



Foto: Alex Gomes



LGBTQIAPN+”, o segundo grupo compreendeu que pessoas que vivem em contextos mais difíceis chegam ao envelhecimento com a saúde também mais fragilizada e que embora existam iniciativas de suporte, são insuficientes. Nesse sentido, o grupo fez sugestões de políticas de reconhecimento da agenda e necessidade de institucionalizar o tema.

O grupo três debateu o tema “o direito ao autocuidado - saúde mental da população negra” e destacou a impessoalidade negativa. Ou seja, é preciso enxergar as pessoas e suas particularidades para que o atendimento seja efetivo. Por isso, segundo o grupo, é preciso contribuir com ações e iniciativas capazes de promover a consciência sobre questões de diversidade, além da ampliação da representatividade em postos de comando e liderança.

O exercício foi comandado por três representantes da Rede Equidade: Márcia Alves de Figueiredo, coordenadora de Projetos na Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério de Minas Energia (MME) e responsável pelo grupo 1; Ábner

Augusto Mendes Gonçalves, integrante do Comitê Pró-equidade de Gênero e Raça da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e responsável pelo grupo 2; Stella Maria Vaz Santos Valadares, coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção de Gênero e Raça do Senado Federal e responsável pelo grupo 3.

A Rede Equidade foi lançada em 2022 com o objetivo de estabelecer cooperação técnica para a realização de ações conjuntas que promovam a gestão da inclusão e da diversidade, com foco em gênero e raça, em direção à equidade e igualdade. A iniciativa conta com a participação de 31 instituições dos três poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – e está alinhada à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

CUIDADO E ANTICAPACITISMO: NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS

O trabalho do cuidado é visto pela Enap como um tema fundamental para a transformação das estruturas da sociedade brasileira, assim como o anticapacitismo. No debate sobre anticapacitismo e cuidado, as debatedoras ensinaram que o capacitismo é um conjunto de crenças limitantes, posturas preconceituosas e excludentes que atingem as pessoas com deficiência. Anticapacitismo, portanto, é a luta contra todos os tipos de preconceito que vitimam as pessoas com deficiência.

“ Agora é a hora de a gente conversar sobre o que é capacitismo, o que que tem a ver construir uma política nacional de cuidados, uma sociedade de cuidados, reconhecendo que as pessoas com deficiência são sujeitas de direitos, têm direito de escolha e autonomia”

Anna Paula Feminella, secretária Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, do MDHC

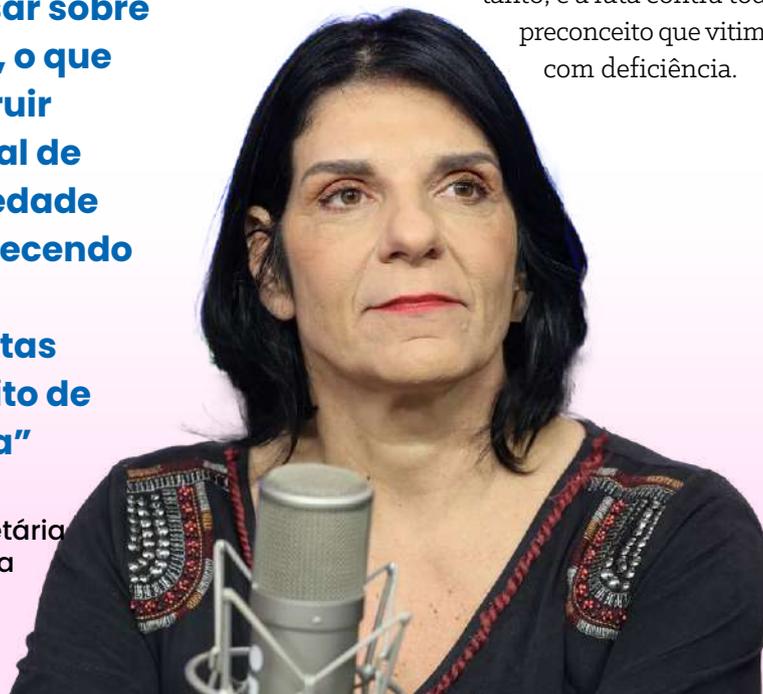


Foto: Valter Campanato/Agência Brasil



Foto: Rafael Corrêa

Painel debate “Moradias coletivas como equipamento de apoio no cuidado com a pessoa idosa”

Para falar do tema na Semana da Inovação, a Enap contou com a participação da secretária Nacional de Direitos da Pessoa com Deficiência, do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), Anna Paula Feminella; com a fundadora do Instituto Caue e integrante do coletivo feminista Hellen Keller, Mariana Rosa; e com a doutora em psicologia social, ativista na área de estudos da Deficiência, além de conselheira e pesquisadora do Instituto Caue, Karla Garcia Luz.

Feminella explicou que o capacitismo, assim como outras formas de discriminação, remonta há milênios de história da sociedade e, portanto, precisa ser debatido e desconstruído. “Agora é a hora de a gente conversar sobre o que é capacitismo, o que que tem a ver construir uma política nacional de cuidados, uma sociedade de cuidados, reconhecendo que as pessoas com deficiência são sujeitas de direitos, têm direito de escolha e autonomia”, defendeu a secretária do MDHC. Nesse sentido, é necessário e urgente responder ao desafio de garantir apoio irrestrito e as condições necessárias para a consolidação de todo o conjunto dos direitos da pessoa humana. Sem abrir mão de nenhum direito e sem que ninguém fique pelo caminho.

O trabalho do cuidado, de acordo com a psicóloga Karla Luz, é o conjunto de atividades necessárias

para a manutenção da vida individual e coletiva. Ou seja, todas as pessoas precisam de cuidados. “Hoje, para estar aqui, por exemplo, nesse momento, precisei de uma série de mediações de cuidado. O cuidado é essa possibilidade do pleno exercício da cidadania e a possibilidade de transitar pelo mundo.”, afirmou.

Os conceitos e princípios básicos de Justiça Defiça (Justiça da Deficiência) foram apresentados por Karla, que exemplificou com a importância da interseccionalidade na construção de políticas. “Até pouco tempo atrás, mulheres cadeirantes não faziam exames de mamografia, porque a máquina foi feita para pessoas que ficam em pé. Imaginem quantas mulheres com deficiência adoeceram ou perderam a vida porque não puderam acessar um direito à saúde?”, alertou.

Karla observou o princípio da interdependência e a importância de pôr fim ao mito do sujeito independente. “A gente precisa visibilizar e conferir um caráter humano à dependência. A gente é cuidado e também pode cuidar. Essa dupla face do cuidado é interessante, o cuidado é muito dinâmico”, completou Karla. Nesse contexto, as especialistas abordaram a ética do cuidado. No entendimento do Instituto Caue, “a ética do cuidado é o fio condutor das práticas de cuidado que visam o bem-estar, o bem-viver



e o bom-cuidar de alguém, sempre levando em conta o desejo do sujeito cuidado para a sua vida. A ética do cuidado exige que o que é oferecido como cuidado seja assumido e apropriado pela pessoa cuidada”.

A representante do Instituto Caue, Mariana Rosa, defendeu ainda uma compreensão da deficiência para além dos diagnósticos médicos. A gente acha que para se relacionar com uma pessoa com deficiência precisa saber tudo sobre a deficiência e não sobre a pessoa. Não dá para reduzir a experiência ao diagnóstico. A abertura para a singularidade da experiência vai vincular a gente para a experiência anticapacitista”, ressaltou. A ativista explicou que o capacitismo está vinculado a presunções. “Se eu me abro para o outro enquanto uma pessoa singular, irrepitível, posso me abrir para a possibilidade do encontro. O anticapacitismo é ancorado no cuidado”, afirmou.

Para Feminella, o cuidado e o anti-capacitismo precisam ser discutidos com a participação das pessoas com deficiência, mas o envolvimento de toda a sociedade é fundamental. “Essa agenda é de todos nós. Somos 15% da população mundial. Podemos adquirir uma deficiência a qualquer momento. Essa condição humana, ainda tão invisibilizada, sempre existiu na história da humanidade inteira e precisa ser conhecida”, finalizou a secretária.

MORADIAS COLETIVAS, UMA POSSÍVEL SOLUÇÃO PARA O CUIDADO COM A PESSOA IDOSA

A 10ª Semana de Inovação incluiu em sua programação um painel com o tema “Moradias coletivas como equipamento de apoio no cuidado com a pessoa idosa” para discutir políticas destinadas a público-alvo prioritário dentro da Política Nacional de Cuidados: a população idosa, com 60 anos ou mais, que ultrapassam 34 milhões de pessoas no Brasil.

Produzir inovação em políticas que atendam a essa população é essencial. A gerontóloga Sandra Regina Gomes, a jornalista Ana Castro e a psicóloga Samara Dairrel foram as responsáveis pelo painel que provocou as reflexões acerca do direito à moradia e ao cuidado nesta etapa da vida.

Debater o direito ao cuidado é relacioná-lo com todos os direitos fundamentais e à necessidade de garanti-los, afirmou Sandra. “Todos os marcos legais do Brasil, desde a Constituição de 1988, garantem o direito à moradia. Desde a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993, já está previsto que programas habitacionais devem atender essa necessidade”, destacou a gerontóloga. Ela acrescentou que a Política Nacional do Idoso, de 1994, e o Estatuto do Idoso, de 2003, reforçam o compromisso com a inclusão da pessoa idosa em projetos habitacionais, estipulando que 3% das unidades sejam destinadas a esse público.

Diversas iniciativas inovadoras de moradias para idosos no Brasil podem ser acompanhadas, experienciadas e analisadas. Sandra citou a República de Idosos, em Santos; o Sítio das Alamedas; a Vila dos Idosos; e o Programa Vida Longa, todos em São Paulo, bem como o projeto Cidade Madura, na Paraíba. Todas essas experiências têm em comum o objetivo de criar espaços de convivência que fomentem redes de apoio e reduzam a solidão. Sandra defendeu ainda a criação de locais intergeracionais e flexíveis “Construir um local só para pessoas idosas? Não. A sociedade é intergeracional. Precisamos combater o estigma do envelhecimento, o que chamamos de ‘idadismo’ e ‘etarismo’ na gerontologia. Precisamos mudar essa perspectiva”, argumentou.

Ainda neste painel, a jornalista Ana de Castro apresentou sua pesquisa sobre experiências de moradias compartilhadas para pessoas idosas. A pesquisa destaca modelos internacionais

Debater o direito ao cuidado é relacioná-lo com todos os direitos fundamentais e à necessidade de garanti-los, afirmou Sandra

CO-HOUSING, NA DINAMARCA: A NECESSIDADE DE VIVER EM COLETIVIDADE

Em contraposição ao individualismo dos grandes centros urbanos, estimulado pelo mundo capitalista, surgiu nos anos 1960, na Dinamarca, um vilarejo privado, em que os espaços comuns são privilegiados, o senso de comunidade é incentivado, os recursos e as tarefas são compartilhadas. Trata-se da experiência intitulada *Co-housing*, que promove a coletividade, a diminuição do custo de vida e os sentimentos de pertencimento e coletividade.

Um dos princípios dessa comunidade está associado à sustentabilidade ambiental, com uso consciente dos recursos de água e energia, a disponibilidade dos automóveis para tarefas comunitárias e o incentivo ao uso de bicicletas. Outra característica marcante dessas comunidades é a não-hierarquização de líderes; o consenso como regra; e a figura do facilitador para a definição de resoluções. Pode ainda ser intergeracional ou senior, exclusivo para pessoas idosas.



Foto: Casa Vogue Brasil

Co-housing na Dinamarca

bem-sucedidos, como o *Co-Housing*, na Dinamarca; o *De HogeWeyk*, nos Países Baixos; e o *Harbourside Cohousing*, no Canadá.

Na Dinamarca, segundo Ana, o modelo de *Co-Housing* oferece opções de moradia adaptadas a diferentes níveis de necessidades, desde idosos que requerem pouco apoio até aqueles que precisam de assistência total, com unidades privativas e áreas comuns de convivência, respeitando-se a privacidade. Na Austrália, as comunidades recebem incentivos governamentais pelas práticas ecológicas.

No Japão, as comunidades adicionam atividades culturais e serviços de saúde adaptados. As diferenças entre os modelos, segundo Ana, demonstram

a necessidade de adaptação à realidade para implantação desse tipo de comunidade no Brasil, tais como localização estratégica, formação de parcerias e a consideração de elementos culturais para a formação das comunidades. “Os modelos de outros países não são replicáveis no Brasil, mas precisamos descobrir como é a velhice brasileira, que é extremamente diversa, com mulheres negras, pessoas trans e outros grupos”, disse a jornalista.

Por fim, a psicóloga Samara Dairrel apresentou a proposta do programa Casa Ponte, um modelo de moradia coletiva voltado para a transformação social que funciona como um laboratório de cuidados, convivência, saúde integral e inovação. ●



Foto: Thalita Sousa

No palco Brasil que Cuida, debate sobre gênero, pobreza e segurança alimentar e nutricional.

Daniel Becker, Bela Gil, Ariel Palitz, Kent Larson engrandecem a 10ª Semana da Inovação

Sobrecarga mental de mulheres com atividades de cuidado, a relação entre gênero, pobreza e segurança alimentar e nutricional, a realidade dos trabalhadores da noite e o conceito de além das cidades inteligentes foram os temas abordados por essas atrações

● Danielle Veloso

○ médico sanitário, pediatra, professor do Instituto de Estudos em Saúde Coletiva da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ativista pela infância, Daniel Becker, que reúne mais de 1,5 milhões de seguidores em seu perfil numa rede social foi um dos participantes da mesa que discutiu o trabalho do cuidado e a sobrecarga mental das mulheres.

Para a Semana da Inovação, ele trouxe a palestra “Cuidado, trabalho feminino: consequências e possíveis caminhos para a mudança”. Becker disse que as mulheres são, historicamente, as protagonistas no trabalho de cuidado não remunerado. Por trabalho de cuidado não remunerado se compreende todas as atividades de administração do lar, de cuidado com as crianças, idosos e doentes da família, trabalho doméstico e tudo mais o que for realizado para a manutenção da vida sem que haja uma relação de trabalho remunerado.

Para o pediatra, esse protagonismo custa caro às mulheres, uma vez que a distribuição desigual ou não distribuição das tarefas do lar sobrecarrega mulheres e meninas, especialmente as negras e mais pobres. Essa sobrecarga sacrifica a dedicação das mulheres às suas próprias vidas e com outras atividades, quer sejam de estudo, de trabalho remunerado, de lazer e até de autocuidado.

“Existem as mulheres responsáveis pelo sustento da casa e ainda tem que lidar com toda a responsabilidade mental de compras, do que está faltando, da vacina, de marcar consulta. É um massacre que realmente não há como uma mulher lidar com tanta demanda, nem fisicamente, nem mentalmente”, ponderou. O pediatra destacou ainda a importância da presença familiar durante a primeira infância. Presença ativa que deve ser priorizada tanto pelo pai, quanto pela mãe, de modo a não sobrecarregar a mulher e garantir o fortalecimento do vínculo primário com ambos.

Nesse sentido, Becker vê como fundamental esse debate que é tão primordial para o desenvolvimento

Foto: Thaísa Sousa



Trabalho do cuidado e a sobrecarga mental das mulheres. Pediatra Daniel Becker participa da 10ª Semana de Inovação

das crianças. “Hoje vemos no Instagram muitos perfis de homens que falam sobre paternidade presente. Este tipo de conteúdo acaba incentivando outros pais que não cumprem esse papel dentro de casa”, comentou. O médico alertou ainda para os perigos da parentalidade distraída e a precarização do cuidado pelo uso excessivo do celular por parte dos pais e das crianças.

Por fim, Daniel Becker defendeu a criação e o fortalecimento de políticas públicas para a ampliação do cuidado e o envolvimento de toda a sociedade no debate, principalmente sobre as perspectivas do papel da escola, dos programas de Primeira Infância e da Saúde da Família.



Foto: Thailita Sousa

Bela Gil na 10ª Semana de Inovação

GÊNERO, POBREZA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, A CONTRIBUIÇÃO DE BELA GIL

A chef de cozinha e apresentadora de TV, Bela Gil, levou para a Semana da Inovação a importância do investimento em políticas públicas no combate à insegurança alimentar e nutricional no Brasil. Sua participação ocorreu durante a mesa-redonda “Gênero, pobreza e segurança alimentar e nutricional: olhando através da lente dos cuidados”.

Bela elogiou os programas do governo federal voltados para a erradicação da fome. “Temos 8,4

milhões de pessoas passando fome, e 2 anos atrás era um número muito maior. Graças à retomada das políticas públicas pelo governo atual, em menos de 2 anos mais de 20 milhões saíram da insegurança alimentar”, afirmou Bela Gil, autora de vários livros, dentre eles “Quem vai fazer essa comida? Mulheres, trabalho doméstico e alimentação saudável”.

Bela Gil afirmou que outras iniciativas devem ser estimuladas pelo Estado nacional para o enfrentamento da fome e da pobreza extrema, dentre elas a produção orgânica e a criação de mais cozinhas comunitárias. Sua intervenção na Semana da Inovação foi acompanhada por Lilian Rahal, secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Lucia Cirmi, ex-subsecretária de igualdade e ex-diretora nacional de Políticas de Cuidado do Ministério das Mulheres, Gêneros e Diversidade da Argentina.

Lilian Rahal exaltou a escolha do tema da Semana da Inovação da Enap para este ano. “A pauta da Semana de Inovação, com ‘novas formas de cuidar’, dá atenção a um tema tão importante e que vinha sendo apagado, mas agora faz parte da agenda do âmbito federal com a criação da Política Nacional de Cuidados. É uma agenda relevante para que a gente consiga enxergar quem cuida e o que acontece em torno dessa rotina de cuidados”, comentou Rahal.

De acordo com Lucia Cirmi, é importante entender porque o movimento feminista insiste no tema do trabalho do cuidado. “A economia feminista não deseja que as mulheres deixem de cuidar, mas sim que haja uma socialização e uma distribuição dos cuidados para que elas tenham mais tempo, mais oportunidades profissionais”, explicou Lucia.

A pesquisadora ressaltou ainda a perspectiva racial e de classe na questão do cuidado, utilizando como exemplo o caso de mulheres brancas com poder aquisitivo e em situação privilegiada que contam com as mulheres racializadas para realizar os cuidados com seus filhos. “Como vamos resolver a agenda da pobreza sem abordar a questão de gênero, se a pobreza está repleta de mulheres que não tiveram oportunidade de estudar ou trabalhar por estarem dedicadas aos cuidados?”, questionou. ●

Cuidado e respeito: a experiência da Prefeitura de Nova Iorque com os trabalhadores noturnos

Ariel Palitz, ex-prefeita da Noite de Nova Iorque retratou na Semana da Inovação, sua experiência no cuidado da vida noturna de uma das maiores metrópoles do mundo



Ariel Palitz na 10ª Semana de Inovação: Novas Formas de Cuidar



● **Danielle Veloso**

A Semana de Inovação recebeu Ariel Palitz, primeira “prefeita da Noite” de Nova Iorque, para contar de que forma a vida noturna de uma metrópole que nunca dorme foi cuidada durante sua gestão. “A vida é 24h. Há pessoas que vivem a noite, há empresas que funcionam de noite. Os trabalhadores merecem o máximo de respeito e atenção como durante o dia”, lembrou.

Ariel carrega em seu currículo a responsabilidade de ter implementado o gabinete de vida noturna da cidade de Nova Iorque nas gestões de Bill de Blasio e Eric Adams, entre 2018 e 2023. Sua experiência com esse setor, vem também da sua expertise empre-sária de clube noturno. Suas habilidades ajudaram a identificar os desafios de uma gestão de uma cidade

“ Precisamos coexistir. De noite há questões que também ocorrem de dia, como abusos sexuais, uso de drogas, som, mas também tem cultura e impacto financeiro. É preciso desestigmatizar a vida noturna”

Ariel Palitz, ex-prefeita da Noite de Nova Iorque

no turno da noite, além do enfrentamento à pandemia de Covid-19.

Com o título, “The New York Night Mayor: uma conversa com a primeira prefeita da noite de Nova Iorque”, sua palestra trouxe alguns cases da sua gestão, entre eles equipes de mediações de conflitos para tentar equilibrar o funcionamento de bares e restaurantes e moradores do entorno; alinhamento entre as agências reguladoras, corretores de imóveis e forças policiais para reduzir a ida a estabelecimentos noturnos sem necessidade e a aproximação com as comunidades locais para entender a realidade.

“Precisamos coexistir. De noite há questões que também ocorrem de dia, como abusos sexuais, uso de drogas, som, mas também tem cultura e impacto financeiro. É preciso desestigmatizar a vida noturna”, defendeu Ariel.

Sua inovação já se espalhou por vinte escritórios de vida noturna nos Estados Unidos e, recentemente, Palitz apoiou também a implantação de um gabinete de vida noturna em Barcelona, na Espanha.

Segundo ela, é necessário entender como a vida noturna contribui para a identidade da cidade, além da economia e cultura. “Isso pode ser feito em Nova Iorque, Brasília, Rio ou qualquer cidade do Brasil. Não precisa ser uma cidade grande para buscar uma gestão da vida noturna do município.”



Foto: X @larsom_mit

Kent Larson, Gabriela Bila, Luis Alonso e Ariel Palitz na Catedral de Brasília

“Além das cidades inteligentes” é tema de painel com participação de Kent Larson

O diretor do City Science do MIT Media Lab, laboratório da escola de Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), Kent Larson e o pesquisador no City Science do Mit Media Lab, Luis Alonso, participaram do painel “além das cidades inteligentes”, que contou com a mediação de Gabriela Bila, pesquisadora graduanda no City Science do MIT Media Lab.

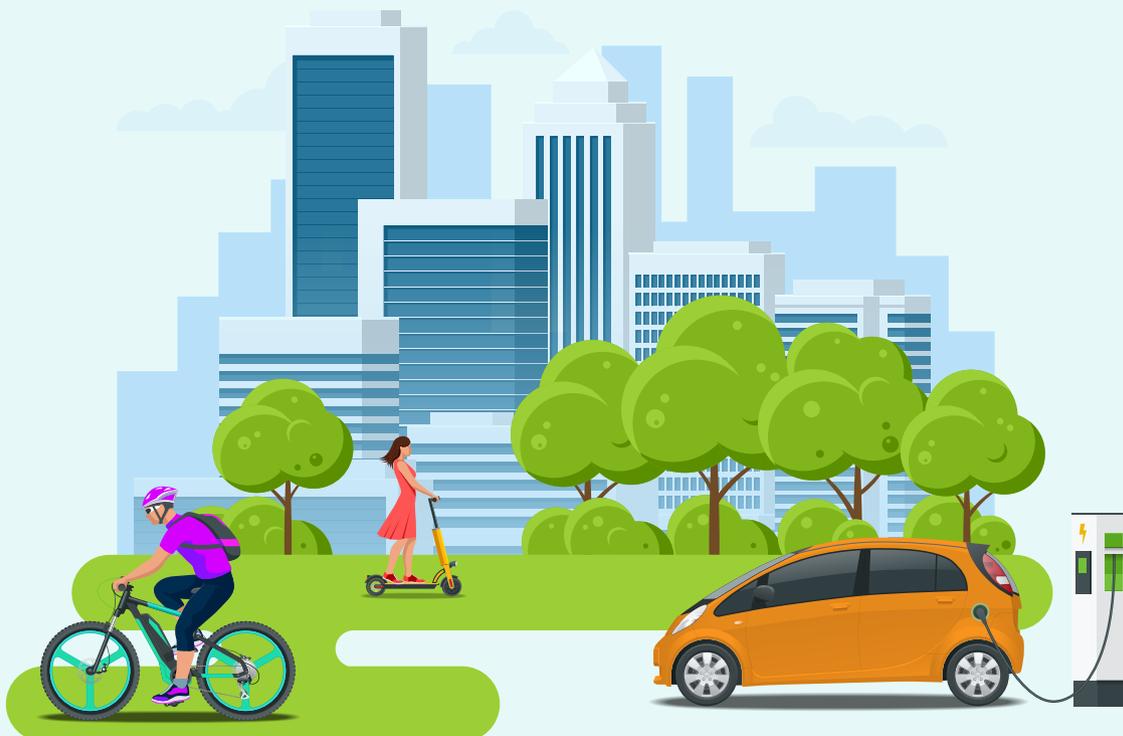
O conceito de “além das cidades inteligentes” está na busca por usar a tecnologia e a imaginação como formas de criar oportunidades sociais e econômicas e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

Na fala do diretor do laboratório do MIT, várias inovações foram abordadas, como: mobilidade urbana, de ambientes transformáveis e versáteis

e a redução da emissão de CO₂. Para Larson, as cidades precisam ser pensadas como organismos vivos, que podem se adaptar às necessidades de seus habitantes.

“Temos de sair deste conceito limitado de cidades inteligentes, focando em tecnologia, design e políticas públicas que melhorem de fato a qualidade de vida das pessoas, com melhora social, econômica e ambiental”, reforçou.

Por fim, Luis Alonso ressaltou como imaginação e inovação, historicamente caminham juntas, exemplificando, inclusive, como avanços que temos hoje já haviam sido citados em filmes de ficção científica décadas atrás. Ele finalizou com uma reflexão: “Como reimaginar cidades centradas em humanos? Com cidades que cuidam”.





Ministra Macaé Evaristo e presidenta da Enap, Betânia Lemos no III Prêmio de Orçamento Público, Garantia de Direitos e Combate às Desigualdades, na 10ª Semana de Inovação

III Prêmio de Orçamento Público

A cerimônia de premiação contou com a presença da ministra dos Direitos Humanos e Cidadania e aconteceu durante a Semana de Inovação

● Danielle Veloso

A Semana de Inovação recebeu, mais uma vez, a cerimônia do III Prêmio de Orçamento Público, Garantia de Direitos e Combate às Desigualdades, promovido pela Assecor (Associação Nacional dos Servidores da Carreira de Planejamento e Orçamento) e pela Fundação Tide Setubal.

O III Prêmio Orçamento Público, Garantia de Direitos e Combate às Desigualdades visa a promoção e o reconhecimento de trabalhos sobre finanças públicas focados na sustentabilidade fiscal e no combate às desigualdades sociais. Os melhores artigos são premiados com até R\$ 20 mil.

A solenidade contou com a participação da ministra Macaé Evaristo, do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), da presidenta da

Enap, Betânia Lemos e da presidenta do Ipea, Luciana Servo, que também atuaram no comitê julgador da premiação. Na ocasião, oito trabalhos foram condecorados pela edição do prêmio.

Macaé defendeu a participação ativa da sociedade na elaboração do orçamento público. “Esse prêmio é muito importante e ousado. O orçamento público, muitas vezes, não foi pensado como garantia de direitos”, elogiou ela. “Vivemos em um Estado que, historicamente, é patrimonialista e foi apropriado por pequenas fatias da sociedade brasileira. Na construção do orçamento público, nem sempre o público foi o sujeito na elaboração”, apontou a ministra.

A presidenta da Enap também elogiou a iniciativa, parabenizou os trabalhos premiados e agradeceu às instituições organizadoras pela realização da premiação em meio à programação da Semana de Inovação. “Esse é um prêmio que traz para dentro do orçamento a questão da desigualdade e da equidade. Na sociedade capitalista em que vivemos, tudo roda em torno dos recursos financeiros. O orçamento e a execução são peças

e instrumentos de transformação da sociedade e é isso que esse prêmio faz”, afirmou Betânia.

Luciana Servo também exaltou a importância da premiação acontecer no maior evento de inovação da América Latina. “Faz muito sentido que esse prêmio esteja sendo entregue na Semana de Inovação. Precisamos de inovações que tragam um novo olhar e uma nova democracia ao Estado brasileiro”, declarou a presidenta do Ipea, Luciana Servo.

O diretor executivo da Assecor, Márcio Gimene, anunciou as estratégias de divulgação dos premiados e ressaltou os critérios de julgamento. “A discussão foi ampliada não só para as despesas, mas também para as receitas. Um aspecto bem importante, tendo em vista que não adianta tentar resolver as questões da desigualdade social apenas pelas despesas se o lado da receita está promovendo mais concentração de renda e patrimônio”, relatou Márcio.

“Nosso trabalho busca reduzir as desigualdades sociais. O orçamento público passa por isso, necessariamente”, declarou a diretora executiva da Fundação Tide Setubal em referência à relevância do tema para a entidade. ●

PREMIADOS

Tema	Autores (as)
“Orçamento Público Territorializado: Análise do PPA 2022-2025 da cidade de São Paulo”	Martha Gaudencio da Silva
“Discussão sobre o Valor dos Gastos Públicos Necessários para uma Agenda Socioambiental e de Desenvolvimento”	João Marcos Hausmann Tavares
“A Regionalização do Orçamento Público nos Instrumentos de Planejamento e Gestão Orçamentária da Cidade de São Paulo (2013-2023)”	Isabella Natali Miranda Cuccin
“Ciclo Orçamentário e Políticas de Igualdade Racial no Brasil: possibilidades e desafios”	Cristiano Rodrigues e Bruna Jaquette Pereira
“Qual a lógica parlamentar? Vinte anos de alocação de emendas orçamentárias no Brasil”	Maria Dominguez
“Orçamento Público para Políticas LGBTQIA+: um estudo a partir do Conselho Nacional de Combate à discriminação”	Nathália de Carvalho Azeredo
“Um Fundo de Promoção da Igualdade Racial: mecanismo necessário para o processo de resgate das políticas públicas”	Henrique Rodrigues Moreira
“Uma Proposta para a Implementação de um Ciclo Orçamentário Municipal Participativo, Regionalizado e Interseccional”	Guilherme Bayma e Emanoelly Barros



Práticas inovadoras são reconhecidas na Semana de Inovação

O 28º Concurso Inovação no Setor Público
premiou iniciativas durante o “Novas
formas de cuidar” e apresentou uma nova
categoria: Inovação para o cuidado



● Danielle Veloso

Realizado pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) há 28 anos, o Concurso Inovação no Setor Público premiou treze iniciativas de inovação no setor público no último dia da 10ª Semana de Inovação. O objetivo da premiação é dar visibilidade a práticas inovadoras implementadas em governos municipais, estaduais e federal que têm gerado impacto em serviços públicos.

Os prêmios foram entregues pela presidenta da Enap, Betânia Lemos; pelo secretário de Serviços Compartilhados, Cilair Rodrigues, representando a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck; pela secretária nacional de Cuidados e Família do Ministério de Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Laís Abramo; e pela diretora de Inovação da Enap, Camila Medeiros.

Nesta edição, a Enap incluiu a categoria “Inovação Para o Cuidado”. A nova categoria evidencia o compromisso da premiação em divulgar e promover políticas públicas inovadoras que visem a

melhoria da gestão pública na sua função de atender bem a população.

Além da nova categoria que se somou às outras três já existentes, mais de 20 mil pessoas também participaram da premiação votando pela internet na categoria “Escolha do Público”. Foram 472 inscrições, um número que demonstra a amplitude e a importância da inovação no setor público.

Desde 1996, mais de 450 iniciativas já foram reconhecidas pela premiação. Neste ano, cada equipe vencedora receberá certificados individuais, direito ao uso do selo Inovação e Inclusão no repositório institucional da Enap e um troféu em formato de mão criado pelos designers Priscila Avelin e Thiago Salgueiro, que simboliza o cuidado.

Os premiados também têm a oportunidade de participar de cursos, eventos e missões técnicas organizadas pela Enap ou parceiros ao longo do próximo ano. “Essa premiação é fundamental para fomentar a inovação, a abertura ao erro e a construção de novos caminhos para a administração pública, mostrando que é possível transformar a sociedade por meio de práticas inovadoras e eficientes”, afirmou a presidenta da Enap, Betânia Lemos.



As equipes vencedoras deste ano se juntam às mais de 450 iniciativas já premiadas desde 1996

Foto: Alex Correa



Veja quem foram os premiados por categoria:

CATEGORIA 1: INOVAÇÃO EM PROCESSOS ORGANIZACIONAIS NO PODER EXECUTIVO FEDERAL, ESTADUAL E DO DISTRITO FEDERAL

1º LUGAR

- “Relatório de Estudantes com Tendência à Reprovação – RETRE”, da Secretaria de Planejamento, Gestão e Desenvolvimento Regional de Pernambuco. O RETRE é uma ferramenta gratuita e on-line que auxilia profissionais da educação a identificar estudantes com tendência à reprovação e ao abandono, contribuindo significativamente para reduzir a distorção idade-ano na rede estadual de Pernambuco. Esta iniciativa também ganhou a “Escolha do Público”.

2º LUGAR

- “Banco de Sanções: Transparência, Celeridade e Eficiência na Verificação de Habilitação de Empresas para Contratações Públicas”, da Controladoria-Geral da União.

3º LUGAR

- “Qualificação da Gestão de Emergências em Arboviroses a partir do Uso de Estratégias de Inovação e Cooperções Internacionais”, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais.

CATEGORIA 2: INOVAÇÃO EM SERVIÇOS OU POLÍTICAS PÚBLICAS NO PODER EXECUTIVO FEDERAL

1º LUGAR

- “Decreto nº 11.430/2023: Política de Cotas para Mulheres em Situação de Violência Doméstica nos Contratos Públicos”, do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

2º LUGAR

- “Programa Centelha”, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

3º LUGAR

- “Registro Fácil: Migração sem Complicação”, da Polícia Federal.

ESCOLHA DO PÚBLICO

- “Sistema de Certidões: Desburocratização da Emissão de Nada Consta para Agentes Públicos pelas Corregedorias do País”, da Controladoria-Geral da União.

CATEGORIA 3: INOVAÇÃO EM SERVIÇOS OU POLÍTICAS PÚBLICAS NO PODER EXECUTIVO ESTADUAL, DO DISTRITO FEDERAL E MUNICIPAL

1º LUGAR

- “Programa de Recondicionamento de Computadores e Inclusão Digital – Sukatech”, da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação de Goiás.

2º LUGAR

- “Projeto Navio – Navegação Ampliada para Vigilância Intensiva e Otimizada”, da Secretaria de Estado de Saúde do Mato Grosso do Sul.

3º LUGAR

- “Participa DF – Plataforma de Participação Social”, da Controladoria-Geral do Distrito Federal.

ESCOLHA DO PÚBLICO

- “Ambiência Aliada à Humanização do Cuidado Pediátrico nas Unidades de Urgência e Emergência do Município do Rio de Janeiro”, da Empresa Pública de Saúde do Rio de Janeiro (RioSaúde) – Prefeitura do Rio de Janeiro.



Foto: Washington Costa

EQUIPE DO MGI DURANTE O RECEBIMENTO DO PRÊMIO DE 1º LUGAR NO CONCURSO INOVAÇÃO DO SETOR PÚBLICO 2024

CATEGORIA 4: INOVAÇÃO PARA O CUIDADO

1º LUGAR

- “Equipe Multiprofissional de Apoio às Gestantes e Puérperas em Situação de Vulnerabilidade: Relato da Experiência em Belo Horizonte”, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

2º LUGAR

- “Programa Estadual – Cuidar de Quem Cuida”, da Secretaria de Estado de Assistência

Social e dos Direitos Humanos do Mato Grosso do Sul.

3º LUGAR

- “Formação de Doulas Comunitárias”, da Prefeitura de Belo Horizonte em parceria com as Maternidades da Rede SUS-BH.

ESCOLHA DO PÚBLICO

- “Projeto Óculos Amigo”, da Secretaria de Estado da Inovação, Modernização e Transformação Digital do Paraná.



ENCERRAMENTO

A 10ª Semana da Inovação se despediu entregando olhar atento ao trabalho do cuidado e apontando para a urgência de soluções inovadoras para enfrentar crises climáticas e para zelar e recuperar o meio ambiente.

O encerramento da Semana de Inovação 2024 aconteceu em clima de dever cumprido em torno da construção da Política e do Plano Nacional de Cuidados e da conscientização coletiva da importância de se tirar da invisibilidade o tema do cuidado e colocar no centro das decisões de políticas públicas de estado.

A cerimônia de encerramento também apontou para o tema da Semana de Inovação 2025: “Um planeta, uma chance: Inovar para um futuro possível”. Para a presidenta da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), Betânia Lemos, é preciso repensar o papel da inovação na preservação do planeta e incentivar participantes a agirem de forma duradoura e impactante.

Presente no encerramento, representando o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a secretária nacional de Mudança do Clima, Ana Toni, celebrou a escolha do tema e relacionou o evento com outros de relevância mundial em torno da questão climática, como a COP30 além de ressaltar a urgência na busca por soluções sustentáveis. “Só temos um planeta, como o tema diz, infelizmente só estamos com essa chance e ela vai depender de cada um de nós. Não é mais um momento de sensibilização, é um momento de ação”, enfatizou a secretária do MMA.

Cristina Mori, secretária-executiva do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), destacou o papel da Enap em criar espaços de diálogo e construção de comunidades voltadas para o desenvolvimento de políticas inovadoras no campo ambiental. A partir dessa troca, surgem novas comunidades. “Vamos aproveitar todos os espaços que pudermos ter para enriquecer a discussão sobre o tema no nosso país, que é uma referência mundial na questão ambiental”, ressaltou Cristina.



Foto: Iris Borges

Cerimônia de encerramento da 10ª Semana de Inovação: Novas Formas de Cuidar lança tema da edição 2025



Foto: Divulgação Enap

A SATISFAÇÃO DO DEVER CUMPRIDO NA 10ª SEMANA DE INOVAÇÃO: NOVAS FORMAS DE CUIDAR DA ENAP

Durante os três dias de Semana da Inovação, a Enap recebeu mais de 15 mil inscrições, entre participações presenciais e on line, sendo mais de 4 mil circulando pelo campus, em Brasília.

A satisfação do dever cumprido na 10ª Semana de Inovação: Novas Formas de Cuidar da Enap. Foto: Divulgação Enap

De tecnologia e inteligência artificial a gênero, raça, etarismo, infância, inclusão, combate à fome e tantos outros marcadores fundamentais para a promoção de uma sociedade mais justa e propícia ao bem viver para todas as pessoas, a Semana de

Inovação ofereceu mais de 400 atividades com especialistas e mais de 120 instituições parceiras.

A Enap recebeu 150 palestrantes internacionais, vindos de países como Austrália, Espanha, Costa Rica, Estados Unidos, Nigéria, Canadá, Alemanha e Colômbia. A realização contou com o trabalho direto de mais de 250 pessoas, incluindo uma equipe de acessibilidade com 37 profissionais, dos quais 15 são pessoas com deficiência, para oferecer todo o suporte necessário a mais de 200 participantes PCDs.

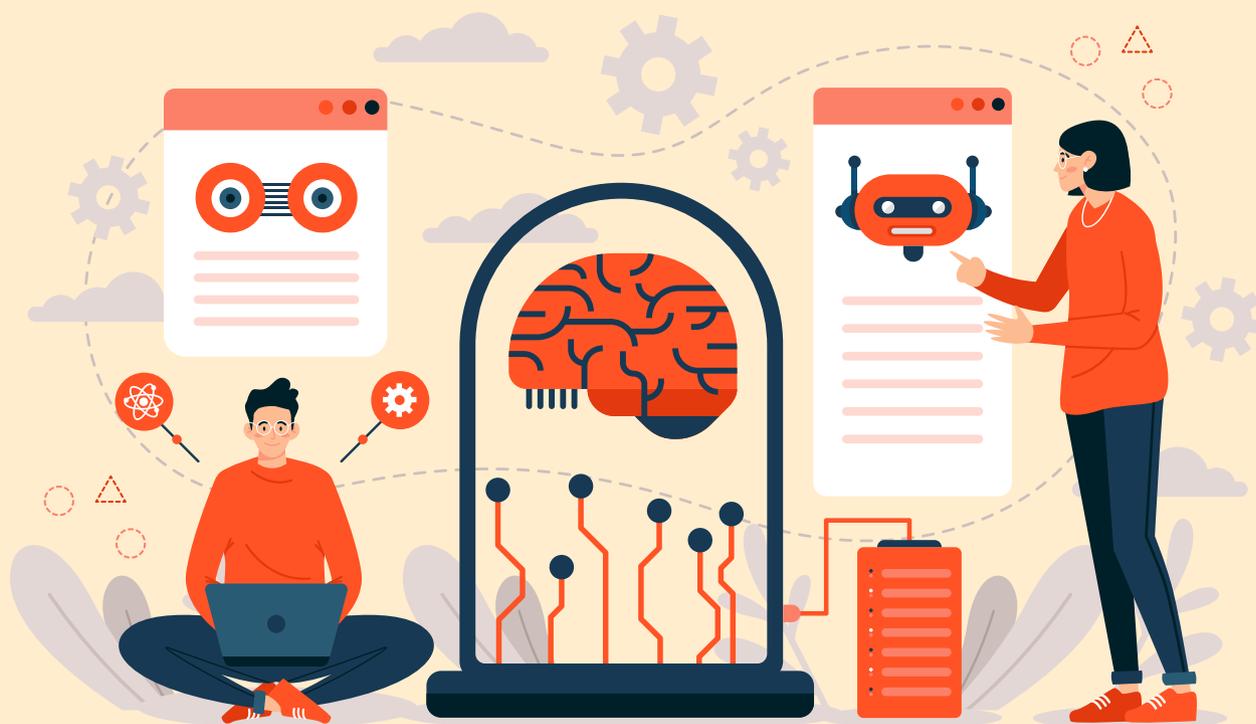
A Enap promoveu intercâmbio com estudantes também. Pela primeira vez, o evento contou com um programa de voluntariado, com a participação de 30 estudantes da Universidade Católica de Brasília e do Instituto Federal de Brasília.

Para o ano que vem, a expectativa de uma Semana da Inovação que fortaleça ainda mais esse grande ecossistema de inovação no setor público é promissora. ●



Enap lança Laboratório de Inovação em Inteligência Artificial

Expertise do GNova Lab e alianças estratégicas integram a estrutura para uso de Inteligência Artificial na busca por soluções no serviço público





Presidenta da Enap, Betânia Lemos; diretora do GNova Lab, Camila Medeiros; e coordenadora Patrícia Baldez. Elas celebraram, juntamente com parceiros, lançamento do LIIA

● Danielle Veloso

A Escola Nacional de Administração Pública (Enap) honrou sua tradição de berço da inovação no serviço público e lançou, no dia 30 de outubro, durante a 10ª Semana de Inovação, o Laboratório de Inovação em Inteligência Artificial (LIIA). Sob a coordenação da Diretoria de Inovação da Enap (GNova), o LIIA nasce com o desafio de ajudar a estruturar a Inteligência Artificial (IA) do Estado brasileiro para assessorar o processo decisório das políticas públicas e a auxiliar o cumprimento das metas previstas no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) de forma mais rápida e eficiente.

Camila Medeiros, diretora de inovação da Enap, afirmou que a iniciativa do GNova Lab de abrigar o LIIA se justifica pela expertise concentrada no departamento ao longo dos seus 8 anos de existência

e na experiência adquirida nos editais de inovação aberta com o uso de inteligência artificial lançados há 3 anos em parceria com o Ministério da Gestão e Inovação (MGI) e com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI).

Medeiros informa que o LIIA tem o objetivo de prospectar, identificar e enquadrar problemas públicos, apoiar a elaboração de soluções inovadoras de IA nacionais e promover sua adoção pela administração pública e o define como uma concertação de vários parceiros. O Porto Digital, um desses parceiros, esteve na cerimônia de lançamento e assinou, juntamente com a presidenta da Enap, Betânia Lemos, o termo de parceria de implantação do projeto. Além disso, em diálogos exclusivos com a GPD e durante o evento, Patrícia Baldez, coordenadora do LIIA, e Camila Medeiros deram detalhes de como o laboratório irá funcionar, com metas e expectativas de resultados.



Para Camila, produzir inovação com a adoção de inteligência artificial era inevitável para o serviço público. “É uma temática imparável e não dá para a gente ignorar a velocidade com que a inteligência artificial vem tomando conta, inclusive vem contribuindo para os nossos processos de trabalho. Então era inevitável e necessário que o governo brasileiro criasse estruturas, financiamentos e infraestruturas tecnológicas para que a gente tivesse condição de incorporar soluções de inteligência artificial”, analisou a diretora.

Ela também informou sobre a participação da Enap na criação do LIIA e do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) 2024-2028, lançado na 5ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CNCTI), em julho deste ano, com um investimento previsto de R\$ 23 bilhões em 4 anos.

O PBIA é considerado um marco histórico para o desenvolvimento tecnológico do Brasil. Inevitável, necessário e com metas grandiosas, o planejamento e a execução do LIIA, bem como os do PBIA, terão de desafiar a velocidade da própria IA para cumprir suas missões e garantir que o País não fique para trás no tema. A pressa no cumprimento das missões é considerada por Camila a primeira incumbência do projeto em andamento.

“Vamos continuar despertando interesse sobre inteligência artificial no governo e desconstruindo mitos. Apoiando órgãos da administração pública na identificação de problemas que podem ser endereçados com o uso de inteligência artificial, tanto auxiliando na criação de soluções internas com o uso de inteligência artificial, quanto na condução de

PLANO BRASILEIRO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL



Foto: Júlio César Silva/MIDIC

Acompanhado de vários ministros, o presidente Lula lança o PBIA na abertura da 5ª CNCTI, em julho

Conheça o documento na íntegra no Gov.BR pelo do link: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/07/plano-brasileiro-de-ia-tera-supercomputador-e-investimento-de-r-23-bilhoes-em-quatro-anos/ia_para_o_bem_de_todos.pdf/@@download/file>

desafios de inovação aberta, que é quando a gente convida a sociedade, *startups* (empresas emergentes de inovação e tecnologia) e empresas a buscar as soluções que utilizem a inteligência artificial. Instrumentalizando a celebração de contratos e parcerias para esse fim. Sempre com foco na geração de valor público”, analisou a diretora.

Patrícia diz que o PBIA representa um dos grandes momentos do atual governo e do ano e o LIIA é a primeira grande entrega do plano. A coordenadora antecipou que serão lançados 24 desafios de inovação aberta. Ela informa que o primeiro edital contendo 12 desafios já está em andamento e deve ser lançado em março de 2025. “Serão 12 desafios de inovação aberta para emergência climática e adaptação de cidades. Com isso, vamos ajudar os governos federal, estaduais e municipais nas adaptações do que vem por aí”, relatou.

Se, por um lado, temos a IA se popularizando e sendo admitida em processos de trabalho com uma velocidade impressionante, causando uma impressão de que se trata de uma novidade, por outro, há toda sorte de preocupações com relação aos limites que precisam ser relevados no seu uso. Em consonância com esse debate, Patrícia afirma que o laboratório está na expectativa da aprovação de um Marco Legal da Inteligência Artificial que possa normatizar sua aplicação.

No entanto, como não há previsão para que isso aconteça, o LIIA trabalhará com a legislação em vigor e com análise de risco baseada em evidências científicas. “A gente tem de trabalhar com as regras que a gente já tem. O Brasil tem a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e a Lei de Inovação, além de vários marcos legais que irão ajudar nesse desenvolvimento inicial”, explicou a coordenadora do LIIA.

O LIIA será um ponto central de talentos e muitas parcerias

Camila declarou, durante o evento, que sem parceria seria impossível ambicionar a execução, na íntegra, do LIIA e afirmou que conta com a Enap e com a estrutura responsável pelo PBIA numa grande aliança estratégica. As trilhas formativas que a escola lançou durante a Semana de Inovação, por exemplo, foram feitas em conjunto com a Secretaria de Governo Digital (SGD) do MGI e com a Diretoria de Formação da Enap. A formação do servidor para o uso da IA é um dos eixos do PBIA e uma das principais tarefas da Enap.

A diretora do GNova Lab também destacou como fundamentais as parcerias com a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) para a construção de um ambiente mais profícuo e menos hostil às inovações com IA. “Trabalhamos pelo fortalecimento de uma ambiência para inovação com inteligência artificial dentro das organizações

Foto: Thalita Sousa



Betânia Lemos, Camila Medeiros e Patrícia Baldez apresentaram o LIIA na 10ª Semana de Inovação



públicas, ao mesmo tempo em que ajudamos a promover um sistema com normas, fontes de financiamento e infraestrutura que permitam que a gente desenvolva soluções de inteligência artificial”, detalhou Camila.

A participação do Ministério da Gestão e da Inovação na ascensão da IA no Estado brasileiro vai bem além das trilhas formativas. Luana Roncarratti, secretária-adjunta da Secretaria de Governo Digital (SGD) do MGI, também participou do lançamento do LIIA, e contou que o governo federal tem ajustado sua estrutura para fazer jus ao papel central de organizador e de coordenador dos 250

órgãos do Poder Executivo e que, paralelamente ao PBIA e ao LIIA, foi publicada a Estratégia Nacional de Governo Digital, uma política perene que inclui estados e municípios no esforço e no propósito de implantar tecnologias na lógica do serviço público.

Luana defendeu a importância de ter um eixo do PBIA voltado para a capacitação técnica para o uso da IA. “Um dos principais desafios dos órgãos é ter pessoal capacitado, que conheça e identifique oportunidades de uso da IA. Por isso, faz todo sentido que, nesse plano, exista um eixo voltado para a capacitação e que o laboratório atue na formação dessa rede colaborativa”, explicou.

O Serpro também está no LIIA



Foto: Thalita Sousa

Sérgio Kamache, assessor da diretoria do Serpro destaca a experiência da empresa sobre uso da inteligência artificial

O Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), principal estatal de tecnologia do Brasil, é o ambiente natural da inovação com uso de tecnologias para processamento de dados do Estado nacional e do governo federal. Afinal, de acordo com o Sérgio Kamache, assessor da diretoria do Serpro, a empresa tem expertise no assunto.

Kamache representou o diretor-presidente Alexandre Amorim no lançamento do LIIA e disse que o laboratório tem o papel de fazer o governo federal errar e acertar mais rápido. O Serpro terá a função de acelerar ainda mais esse processo de acertos “porque inovação envolve também o erro e a gente erra e conserta os erros mais rápido concentrando conhecimento”, explicou.

Conforme relatou Kamache, o Serpro tem um grupo de excelência de IA desde 2016 e já aplicou a tecnologia em mais de duzentas iniciativas. “A gente já aprendeu muito. Tivemos um caso em que um cliente demandou uso de IA e constatamos que era apenas observar as ocorrências e tirar uma média, ou seja, não precisou de inteligência artificial. Muitas vezes não é possível utilizar a inteligência artificial porque a qualidade dos dados não é boa ou as ocorrências não existem em grande quantidade ou até mesmo porque o problema não se adequa à IA”, descreveu.

Finep: há recursos disponíveis para o desenvolvimento da IA no Brasil

A inovação precisa de investimento e, segundo Joana Meirelles, gerente de projetos da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), há muita oportunidade de uso da IA e as soluções encontradas por meio da atuação do LIIA terão os recursos disponíveis para seu desenvolvimento.

Joana relatou que, em 2023, a Finep investiu R\$ 2,4 bilhões em mais de 350 projetos de transformação digital, sendo mais de R\$ 800 milhões em IA. “Esses investimentos podem ser intensificados a partir do PBIA e do aumento do volume disponível para investimento”, apontou. Ela contou que há uma gama diversificada de instrumentos e ações para financiar todos os aportes de projetos.

No âmbito do PBIA, são 25 projetos apoiados com relatos positivos das entidades públicas que estão recebendo as soluções. Joana antecipou a informação de que serão R\$ 75 milhões nos próximos meses para projetos no setor público e também para as outras áreas definidas como prioritárias pelo plano. “Saibam que a Finep está muito engajada, com muita vontade de fazer os melhores investimentos para

Foto: Thaila Sousa



Gerente de Projetos da Finep, Joana Meirelles, detalha oportunidades de financiamento para soluções inovadoras com inteligência artificial

que a gente possa proporcionar melhorias para a sociedade, para a indústria e para todas as áreas que podem se beneficiar a partir de inovação em inteligência artificial”, concluiu a representante da Finep.

Enap assina termo de parceria com Porto Digital

Betânia Lemos, presidenta da Enap, e Pierre Lucena, presidente da Organização Social (OS) Porto Digital, assinaram o termo de parceria de implantação do LIIA, durante o lançamento do laboratório. No termo de parceria está a previsão de desenvolver e de implantar cerca de 50 projetos de inteligência artificial até 2029.

Quando estiver em plena atividade, o laboratório terá capacidade para realizar, anualmente, até 30 desafios de inovação aberta, divididos em três grandes rodadas, e apoio no desenvolvimento de

até 15 projetos de inovação de ponta a ponta, priorizados pelo governo federal.

O termo também estabelece o funcionamento do laboratório dentro de quatro linhas de ação principais: prospecção de projetos de inovação em IA: identificando oportunidades para aplicação de IA em desafios públicos; execução de projetos de inovação de IA: apoiando o desenvolvimento e adoção de soluções de IA por meio de projetos e compra pública de inovação; aceleração e incubação de soluções de IA: dando suporte ao desenvolvimento de startups



Foto: Thailita Sousa

Presidenta da Enap, Betânia Lemos, e presidente da Organização Social Porto Digital, Pierre Lucena, celebram termo de parceria para implantação do LIIA

e empresas emergentes que utilizam IA; promoção de cultura, conhecimento e comunidade de IA no governo: promovendo a cultura de inovação e disseminando o conhecimento em IA para sinergia entre governo, academia e entidades do setor privado.

A presidenta da Enap afirmou que, com a parceria com a Porto Digital, o laboratório será um “hub [centro principal] de muitos talentos, com gente com muita vontade de inovar no serviço público”. Durante a cerimônia de lançamento do LIIA, Betânia destacou também a importância da inovação em inteligência artificial para o governo federal. “Poderemos ter uma estrutura dedicada à solução de problemas digitais. Será um movimento interessante no governo e que o ajudará a se aproximar da população”, assegurou.

Pierre Lucena, por sua vez, diz que a aliança estratégica com a Enap solidifica o Marco Legal da Inovação. Ele defendeu a participação dos governos e da população nos processos de inovação. “Inovação precisa ser uma política de Estado e não se faz inovação sem povo. Todo mundo imagina que haverá um hub [centro principal] bonito, cheiroso e

“ Inovação precisa ser uma política de Estado e não se faz inovação sem povo. Todo mundo imagina que haverá um hub [centro principal] bonito, cheiroso e perfumado e que, assim, se resolverá os problemas do País”

Pierre Lucena, residente da Porto Digital

perfumado e que, assim, se resolverá os problemas do País. Não vai. A inovação precisa partir de uma política pública bem organizada e de um laboratório como o LIIA, que trará uma série de desafios a serem resolvidos”, afirmou o presidente da Porto Digital.

As parcerias internacionais do LIIA

No entendimento da direção da Enap, o LIIA também abre possibilidades para o estabelecimento de parcerias internacionais no compartilhamento de soluções em inteligência artificial. A coordenadora do projeto, Patrícia Baldez, afirma que o LIIA segue a visão do GNova Lab e, portanto, está no radar a criação de uma inteligência artificial que extrapole a administração pública, que fale em português e que seja alimentada com dados do que é produzido pela Academia brasileira, bem como com a produção dos países de língua portuguesa.

Patrícia informou que, “juntamente com os parceiros, construiremos nossa inteligência artificial. Só isso já é um passo gigantesco para a internacionalização. Portugal está esperando isso da gente. Os países que falam português na África e Ásia também estão esperando porque somos o maior país de pessoas que falam o português”. No entanto, a iniciativa ainda não tem data para acontecer, uma vez que o LIIA segue o planejamento do Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA).

Outra iniciativa da Enap para a transformação do Estado brasileiro é a integração latino-americana a partir da tradução dos seus cursos para o espanhol. “A América Latina também vê o Brasil como o proporcionador de inovação no setor público. A Semana de Inovação é o maior evento de inovação do setor público da América Latina, a gente até viu dados que talvez o considere o maior do Sul Global”, enalteceu a coordenadora do LIIA.

Patrícia, por sua vez, diz que há organismos internacionais interessados em realizar essa tradução sem custo, tão-somente pelo interesse do compartilhamento de conhecimento entre instituições públicas de outros países da América Latina. Mas as tratativas ainda estão no início. É notável que a expectativa gerada pelo lançamento do LIIA tem todas as condições de produzir inovação e de ir além na criação de soluções que façam avançar a indústria de tecnologia no País.



Divulgação

“A América Latina também vê o Brasil como o proporcionador de inovação no setor público. A Semana de Inovação é o maior evento de inovação do setor público da América Latina, a gente até viu dados que talvez o considere o maior do Sul Global”

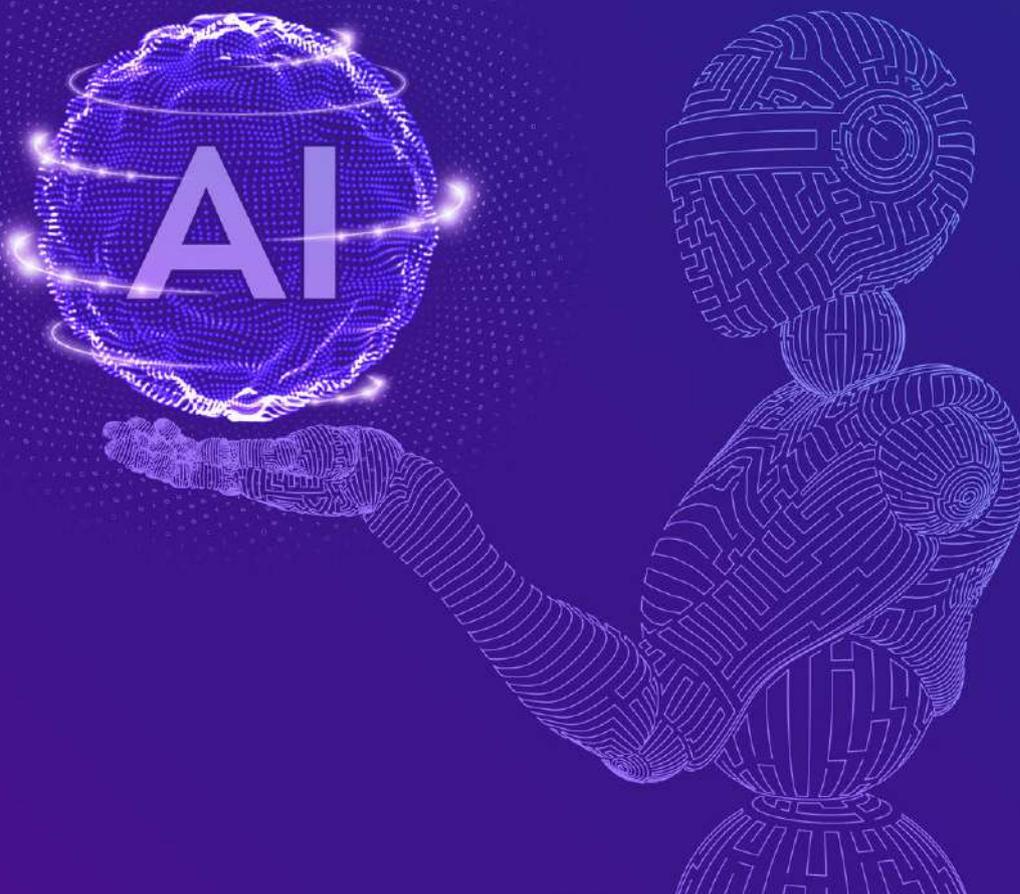
Patrícia Baldez, coordenadora do LIIA

O Brasil, segundo ela, tem todas as condições de ser polo de inovação em IA para além do setor público e vive um momento de crescimento de investimentos para tornar esse cenário realmente promissor. ●



Enap lança trilha de capacitação sobre inteligência artificial

Ação está prevista pelo Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA)



● Danielle Veloso

Para instruir os servidores públicos sobre a aplicabilidade da inteligência artificial em seus processos de trabalho, a Escola Nacional de Administração Pública (Enap) lançou, no dia 30 de outubro, a trilha de capacitação intitulada “Fundamentos e Aplicações da IA para o Agente Público”. Esse foi outro lançamento ocorrido durante a programação da 10ª Semana de Inovação.

Trata-se de uma parceria entre a Enap, o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) e o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro). A iniciativa recebe o título de “Capacitação de Servidores Públicos em IA” e está prevista no eixo “Serviço Público” das 54 ações previstas no Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA).

Rogério Mascarenhas, secretário de Governo Digital, afirmou, durante o evento, que a trilha dará orientação adequada e segurança ao servidor que encontrou uma oportunidade de inovar com IA. “Queremos que os servidores públicos estejam atualizados sobre como utilizar da melhor forma e com responsabilidade as tecnologias de inteligência artificial”, afirmou.

Com a assinatura do Núcleo de Inteligência Artificial da Secretaria de Governo Digital (SGD), os participantes terão acesso a uma jornada de capacitação estruturada e completa, do básico ao avançado, para desenvolver habilidades que promovam eficiência, transparência e inovação com o uso seguro e ético de inteligência artificial em processos da administração pública.

“A IA generativa chegou ao serviço público e precisamos preparar as servidoras e os servidores públicos para trabalharem nessa nova realidade. Vamos desenvolver competências de acordo com os diferentes perfis e com as necessidades que as pessoas terão de uso da IA no dia a dia delas, desde o nível mais básico ao avançado”, disse a presidenta da Enap, Betânia Lemos.

O público prioritário da trilha são gestores e servidores federais, mas a formação está aberta para toda

a população interessada. Os participantes serão capacitados com uma carga horária de 112 horas e, no fim do curso, receberão certificado de conclusão. Além da Enap, do MGI e do Serpro, também participam do Núcleo de Inteligência Artificial a Casa Civil, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a Universidade de Brasília (UnB), a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). ●

“ Queremos que os servidores públicos estejam atualizados sobre como utilizar da melhor forma e com responsabilidade as tecnologias de inteligência artificial”

Rogério Mascarenhas,
secretário de Governo Digital





Cases de sucesso do GOV.BR

Tecnologia transforma o acesso a serviços públicos, conectando cidadãos e simplificando processos, destacam representantes do MGI



Reprodução

● Danielle Veloso

Nas últimas décadas, tudo o que uma pessoa irá fazer precisa de baixar um Aplicativo (App, abreviação da expressão inglesa Application – programa (software) para dispositivos eletrônicos). Essa frase até pode parecer uma reclamação, no entanto, tem se mostrado uma inovação que trouxe praticidade e aproximação dos serviços públicos aos seus usuários. Esse foi o tema de um debate ocorrido dentro da programação da 10ª Semana de Inovação, com a presença de representantes do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) sobre as conquistas do *www* (Governo Digital)

A página de *login* (acesso a algo no meio digital) do GOV.BR é, atualmente, a mais acessada no mundo na categoria Governo, segundo o levantamento da página eletrônica Similarweb. São 150 milhões de brasileiros que acessam cerca de 4.200 serviços digitais. A plataforma é operada pelo Serpro

e pertence ao Programa *Startup* GOV.BR, idealizado para apoiar e acelerar a transformação digital do governo federal.

“O Programa *Startup* GOV.BR nasceu em 2021, quando começamos a nos questionar de que forma poderíamos utilizar as novas tecnologias para modernizar o serviço público. Foi daí que começamos a olhar mais para fora a fim de visualizar o que a iniciativa privada fazia para conseguir realizar entregas rápidas e soluções dinâmicas a seus usuários. Dessa iniciativa surgiu o Programa *Startup* GOV.BR, que tem gerado resultados incríveis na modernização dos serviços públicos, consolidando o Brasil como um dos líderes nesse quesito”, disse a coordenadora-geral de projetos estratégicos da Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (SGD/MGI), Jackeline Degani, durante a 10ª Semana de Inovação da Enap.

A Coordenadora de Apoio e Monitoramento de Projetos Estratégicos da SGD/MGI, Luciana Babilônia, falou sobre a metodologia do programa e deu



Foto: André Corrêa

Coordenadora-geral de Projetos Estratégicos (SGD/MGI), Jackeline Degani; coordenadora de Apoio e Monitoramento de Projetos Estratégicos (SGD/MGI), Luciana Babilônia de Melo; professor da UnB, Flávio Feitosa; coordenador-geral de Gestão e Fiscalização do FGTS (MTE); e o chefe de Desenvolvimento de Sistemas da Diretoria de Investigação da Polícia Federal (PF), Rafael Lima da Silva, na palestra “Cases de Sucesso do Startup GOV.BR: Acelerando a transformação digital no governo federal”



Foto: Henrique Correa

Na 10ª Semana de Inovação, público acompanha atividades

alguns exemplos dos resultados conquistados até agora. “Hoje temos 22 projetos em 16 órgãos do governo. Desses, 17 estão em operação e já entregaram algum benefício para a população, com políticas públicas voltadas para infraestrutura, saúde, assistência social, trabalho, previdência social, entre outros”, declarou ela.

O sucesso da plataforma pode ser medido na quantidade de serviços que já foram integrados. “A partir dessas iniciativas que nasceram no programa, já tivemos avanços significativos, como a evolução no GOV.BR e na ID Digital, no novo aplicativo, portal e sistema do Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e as melhorias no sistema e no aplicativo do canal de atendimento Porto sem Papel do Ministério de Portos e Aeroportos (MPOR). Vimos progresso também na prescrição eletrônica de medicamentos do Ministério da Saúde (MS); no

sistema ABIS [Solução Automatizada de Identificação Biométrica, da Polícia Federal (PF)], Inteligeo (sistema para gestão de informações geográficas e imagens de satélite da PF) e SigaCRIM também da Polícia Federal; os avanços no FGTS-Digital [Fundo de Garantia por Tempo de Serviço] do Ministério do Trabalho (MTE)”, afirmou Luciana.

Com metodologia colaborativa e a finalidade de atender à população em suas necessidades de maneira eficaz e rápida, o programa envolve parcerias com diferentes órgãos do governo federal. Para seleção de novos projetos, são considerados pelo programa, alguns critérios, como impacto social, potencial de desenvolvimento econômico e economia de recursos no processo de seleção.

Além da popularização e fácil acessibilidade aos serviços, foi relatado também a mudança de cultura que o programa promove nos órgãos participantes

e nos usuários. Na página da Internet que acompanha as entregas do programa há o destaque: “O foco no resultado, nas entregas escalonadas com melhoria contínua, a priorização da experiência

e visão dos usuários no processo e gestão ágil são legados importantes para os órgãos contemplados e para a Administração Pública como um todo”. Realmente, um *case* (caso) de sucesso.

Cooperação federativa: União e estados unem forças para potencializar a comunicação integrada

“ Na assessoria de Cooperação Federativa fazemos muitas parcerias com os governos estaduais, as Prefeituras. Sabemos que esses entes, no Brasil inteiro, às vezes, têm ferramentas de comunicação frágeis e escassas ”

Enzo Mayer, coordenador-geral de Cooperação Federativa em Gestão e Governo Digital do MGI

O painel “Unindo forças na comunicação: lições do governo federal e estados brasileiros” foi destaque na 10ª Semana de Inovação da Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Foi o momento de apresentação da experiência de comunicação integrada entre o governo federal e as unidades da Federação que tem potencializado a divulgação de políticas públicas.

Enzo Mayer, coordenador-geral de Cooperação Federativa em Gestão e Governo Digital do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), e Daniela Medeiros, servidora pública federal

especialista em comunicação no setor público, comandaram o painel. O objetivo da Cooperação Federativa é articular e integrar as ações do MGI para a melhoria da gestão e para a transformação digital nos estados, municípios e Distrito Federal.

A ideia é promover melhorias na qualidade nos serviços públicos para o cidadão. O trabalho é realizado a partir da escuta ativa das equipes que atuam nos estados e municípios, valorizando o conhecimento da realidade regional e prestando o apoio necessário para divulgar as iniciativas.

“Na assessoria de Cooperação Federativa fazemos muitas parcerias com os governos estaduais, as Prefeituras. Sabemos que esses entes, no Brasil inteiro, às vezes, têm ferramentas de comunicação frágeis e escassas”, disse Mayer. Esse trabalho integrado gerou casos de sucesso em diferentes estados do País, como Maranhão e Piauí.

Para o cidadão usuário da política, a informação precisa chegar completa, precisa e eficaz. O processo de comunicação integrada e colaborativa, portanto, potencializa a divulgação das políticas públicas utilizando ferramentas e espaços já disponíveis, como inteligência artificial, redes sociais e outros aplicativos gratuitos. “Procuramos usar ferramentas democráticas, como as redes sociais, que deram voz às pessoas e acabaram com o monopólio da comunicação. Então, quando conseguimos unir esses esforços, essas vozes, a gente tem muito mais espaço. A informação chega onde deve chegar”, explicou Daniela. ●

● **Danielle Veloso**

Uma delegação de gestores públicos brasileiros desembarcaram na Espanha, no início de novembro, com a missão internacional de fortalecer a gestão pública por meio da troca de experiências em inovação, governança e transparência, e preparação dos participantes para aplicar conhecimentos práticos em projetos no Brasil. O intercâmbio foi organizado pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad), Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Tecnologia da Informação e Comunicação (ABEPTIC) e Instituto Brasileiro de Administração Pública (IBAP).

Os gestores estiveram em Barcelona e Madrid e participaram do SmartCity Expo, o maior e mais influente evento do mundo para o tema de cidades inteligentes e inovação tecnológica. O evento aconteceu entre os dias 5 e 7 de novembro. Nos demais dias, a delegação esteve presente em workshops (oficinas) da chinesa Huawei e da brasileira CiX

Brasil – empresa que administra centrais de serviços públicos –, bem como de encontros com o Ministério da Transformação Digital e com o Centro de Cibersegurança da Espanha para buscar conhecimentos sobre práticas avançadas de governança e segurança digital.

O presidente do Consad, Samuel Nascimento, também participou da missão, ocasião em que destacou a relevância da participação brasileira nesse tipo de evento internacional. “A missão na Espanha reflete nosso compromisso em trazer práticas inovadoras para a administração pública brasileira e

**DELEGAÇÃO DE GESTORES
BRASILEIROS REFLETEM O
COMPROMISSO COM PRÁTICAS
INOVADORAS NA SMARTCITY
EXPO E EM WORKSHOPS COM
A HUAWEI E A CIX BRASIL**



Delegação de gestores brasileiros na SmartCity



Delegação é recebida em Madrid

“ Ao promover uma missão internacional com foco em tecnologia e inovação, buscamos capacitar os gestores públicos brasileiros para enfrentar os desafios do futuro”

Flávio Rodrigues, presidente executivo da ABEPTIC

queremos que nossos gestores vivenciem experiências possíveis de serem aplicadas diretamente em seus estados, fortalecendo a eficiência e a transparência no serviço público, disse”.

Com líderes de diferentes estados brasileiros, a delegação se dedicou em absorver, aplicar e multiplicar as melhores práticas internacionais para inovar no serviço público nacional. A delegação brasileira foi recebida pelo governo de Madrid, onde também visitaram o Centro de Modernização. Com uma programação extensa e fundamental, a visita resultou em experiências valiosas de inovações urbanas e sustentáveis.

“Ao promover uma missão internacional com foco em tecnologia e inovação, buscamos capacitar os gestores públicos brasileiros para enfrentar os desafios do futuro”, explica Flávio Rodrigues, presidente executivo da ABEPTIC. “A adoção de soluções tecnológicas que melhorem a prestação de serviços e a gestão de nossas cidades é essencial para garantir a eficiência e a qualidade de vida para a população”.

Daniel Guimarães, diretor do IBAP, afirma que a missão comprovou ser uma oportunidade de reforçar a cooperação internacional e o compartilhamento de boas práticas que poderão ter repercussão no contexto nacional. “A troca de experiências com instituições espanholas permitirá que nossos gestores públicos adaptem práticas eficientes e sustentáveis aos desafios locais. A colaboração internacional é fundamental para expandir nossas fronteiras de conhecimento e trazer melhorias tangíveis ao Brasil.”, explicou Daniel.

Na ocasião, o Consad, a ABEPTIC e o IBAP reforçaram seu compromisso com a evolução da administração pública, trazendo aos gestores oportunidades singulares de especialização nas melhores práticas globais de excelência, governança e de transformação do estado. ●

Consad e IBAP levam gestores para a Web Summit 2024 em Lisboa, Portugal

Com objetivo de modernizar a administração pública, gestores se conectam as melhores práticas globais



Web Summit 2024, Lisboa, Portugal



● **Danielle Veloso**

Mais de 20 gestores públicos brasileiros participaram, entre os dias 11 e 14 de novembro, do Web Summit 2024, um dos maiores eventos globais de tecnologia e inovação. A delegação, organizada pelo Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (Consad) e o Instituto Brasileiro de Administração Pública (IBAP Brasil), buscou uma conexão da administração pública brasileira com as melhores práticas globais de promoção da eficiência e da inovação com grande capacidade de impactar positivamente a população.

O Web Summit é reconhecido, mundialmente, por reunir líderes de diversas áreas para o fomento do uso da tecnologia na busca por soluções inovadoras que impactam diretamente governos e organizações. Nesse sentido, a delegação brasileira participou de uma programação extensa sobre vários temas

sensíveis, como digitalização de governos, inteligência artificial, cidades inteligentes e mobilidade urbana sustentável.

“Participar de um evento dessa magnitude significa abrir as portas para o futuro da gestão pública. Nosso papel é traduzir essas ideias em ações concretas para os desafios do Brasil”, destaca Samuel Nascimento, presidente do Consad.

Os gestores participaram também de uma agenda robusta de visitas a instituições europeias de referência e garantiram contatos com cases (casos) que podem inspirar cocriações voltadas ao contexto nacional. As visitas foram no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSPP), na Agência para a Modernização Administrativa (AMA), no Centro Nacional de Cibersegurança, o Instituto Nacional de Administração (INA) e no Targuspark, maior parque de ciência e tecnologia de Portugal.

Para Daniel Guimarães, diretor-presidente do IBAP Brasil, a missão foi uma oportunidade única de conhecer as melhores práticas globais. “Nosso objetivo é trazer ao Brasil soluções inovadoras e sustentáveis que impactem diretamente a vida dos cidadãos”, detalhou.

Na avaliação das instituições organizadoras da missão, as experiências internacionais geram conhecimentos e aprendizados com capacidade de inspirar projetos e ações inovadoras, que resultem em modernização e transformação da administração pública, promovendo sustentabilidade, eficiência e modernização. Dessa forma, mais uma vez, o Consad e o IBAP evidenciam seu compromisso com a transformação do Estado brasileiro.

“Nosso objetivo é ampliar horizontes e trazer soluções inovadoras que realmente façam a diferença na vida das pessoas. Essa é a essência do nosso trabalho”, concluiu Samuel Nascimento. ●



Consad e IBAP em Lisboa, Portugal



17° CONGESP

CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA
DO RIO GRANDE DO NORTE

GOVERNANÇA PÚBLICA

Desafios e Perspectivas na Era da Inteligência Artificial



📅 12 e 13 de dezembro de 2024
📍 Holiday Inn / Escola de Governo



**RIO GRANDE
DO NORTE**
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DE ESTADO DA
ADMINISTRAÇÃO – SEAD



**Escola de
Governo**
Cardenal Dom Eugênio de Araújo Sales

VEM AÍ

1º CONGRESSO CONSEPLAN

RECONSTRUÇÃO DO PLANEJAMENTO NACIONAL

BRASÍLIA - MAIO DE 2025



CONSEPLAN
Conselho Nacional de Secretários
Estaduais do Planejamento



MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO



Mais informações: contato@conseplan.org.br · <https://conseplan.org.br/>